



Universidade Federal
de Campina Grande



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL – PROFSOCIO**

RAYANNE KETCHULLY DE ARAÚJO LIMA

**OS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA
E O TEMA DAS DESIGUALDADES**

SUMÉ-PB

2025

RAYANNE KETCHULLY DE ARAÚJO LIMA

**OS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA
E O TEMA DAS DESIGUALDADES**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – Profsocio, ministrado no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sumé como requisito parcial para obtenção do título de Mestra.

Orientador: Professor Dr. José Marciano Monteiro.

**SUMÉ-PB
2025**



L7321 Lima, Rayanne Ketchully de Araújo.
Os livros didáticos de sociologia na educação básica e o tema das desigualdades. / Rayanne Ketchully de Araújo. - 2025.

95f.

Orientador: Professor Dr. José Marciano Monteiro.
Dissertação - Curso de Mestrado em Sociologia em Rede Nacional - PROFSOCIO; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Universidade Federal de Campina Grande.

1. Ensino de sociologia. 2. Livros didáticos de Sociologia. 3. Desigualdade. 4. Ensino médio - Sociologia. 5. Programa Nacional do Livro e do Material Didático. I. Monteiro, José Marciano. II. Título.

CDU: 316:37(043.2)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

RAYANNE KETCHULLY DE ARAÚJO LIMA

**OS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA
E O TEMA DAS DESIGUALDADES**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – Profsocio, ministrado no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sumé como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

**Professor Dr. José Marciano Monteiro.
Orientador - UACIS/CDSA/UFCG**

**Professora Dra. Kátia Ramos Silva.
Examinadora I – UACIS/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos.
Examinador II - UACIS/CDSA/UFCG**

Trabalho aprovado em: 11 de novembro de 2025.

SUMÉ – PB

Àqueles que caminharam comigo, oferecendo apoio, acolhimento e incentivo nas etapas mais desafiadoras, dedico esta realização.

AGRADECIMENTOS

Ao fim de cada etapa conquistada e de cada objetivo alcançado, é fundamental reconhecer o valor do aprendizado e do conhecimento construídos ao longo da trajetória. Chego ao término de mais uma fase e ao início de tantas outras, levando comigo tudo o que vivi, aprendi e compartilhei.

Agradeço, primeiramente, a Deus, pelo dom da vida, pela proteção constante e por ter me guiado pelos caminhos que me permitiram chegar até aqui e realizar mais esta conquista.

Aos meus pais, Ana Maria Marculino de Araújo e Lindoaldo Lima, agradeço pelo apoio, pela confiança depositada em mim e por nunca deixarem de acreditar no meu potencial. À minha mãe, que é meu espelho de força, garra e dedicação, deixo meu reconhecimento e amor.

À minha família, em especial à minha avó Margarida Marculino, que sempre me apoiou, motivou e acreditou na minha capacidade, mesmo quando eu duvidava de mim mesma. Seu exemplo de fé, coragem e amor permanece como uma luz no meu caminho.

A Nyedson dos Santos, pela parceria, pelo cuidado afetuoso, pelos incentivos, pelo apoio nos momentos difíceis e pela presença que fez diferença.

Aos(as) professores(as) que contribuíram para a minha formação desde o Ensino Infantil até a vida acadêmica, registro minha sincera gratidão por cada ensinamento, orientação e incentivo. Sou especialmente grata às escolas pelas quais passei — a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Amara Paulino, a Escola Profissional Pio XII, a Escola Municipal Cônego João Marques Pereira e a Escola Estadual Senador José Gaudêncio — espaços onde construí vivências que marcaram minha trajetória educacional. À professora e madrinha Kátia Carina Mesquita, que me apresentou ao universo da Sociologia e despertou em mim o desejo de trilhar este caminho, deixo meu agradecimento pela inspiração e apoio contínuo.

À Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sumé, manifesto minha profunda gratidão por ter sido o espaço que acolheu e sustentou minha trajetória acadêmica, desde a graduação até o mestrado. Agradeço também aos professores do PROFSOCIO, cuja orientação

e compromisso contribuíram de forma decisiva para meu desenvolvimento. Da mesma forma, registro meu reconhecimento aos grupos de estudo dos quais participei — NUSOCIO e PIBID — que tiveram papel essencial na construção de uma formação crítica e sólida ao longo dessa caminhada.

Ao meu orientador, Dr. José Marciano Monteiro, pela orientação e pelos diálogos que enriqueceram este trabalho. Aos professores que compuseram a banca — Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos e Dra. Kátia Ramos Silva — agradeço por terem aceitado o convite e pelas valiosas contribuições que fortaleceram esta pesquisa.

Aos colegas de mestrado, Elizângela, Lidiane, Simone, Rênia, Núbia e Alan Jones pelos momentos vivenciados, pelas trocas, pelos estudos compartilhados e pela parceria construída ao longo da jornada.

E, por fim, a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho, deixo meu sincero muito obrigada. Nada disso teria sido possível sem cada gesto, palavra e apoio recebido ao longo dessa caminhada

RESUMO

A desigualdade social é um dos temas centrais da sociedade, manifestando-se em diferentes dimensões, como a econômica, a racial, de gênero, a cultural e a educacional. Trata-se de um fenômeno complexo e multifacetado que atravessa a vida social e política, estruturando oportunidades desiguais no sustento de relações de poder assimétricas. Nesse cenário, a disciplina de Sociologia no Ensino Médio desempenha um papel fundamental ao oferecer instrumentos teóricos e críticos que possibilitam aos estudantes compreenderem a realidade em que vivem, no intuito de questionar os mecanismos de reprodução das injustiças sociais. Este trabalho tem como objetivo analisar de que forma o tema das desigualdades sociais é abordado nos livros didáticos de Sociologia adotados no Ensino Médio, considerando tanto os conteúdos apresentados quanto às ausências e lacunas que podem comprometer uma formação crítica. Para tanto, foi realizado um estudo a partir de referenciais teóricos sobre desigualdade e da análise das obras aprovadas pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), que constituem os principais recursos pedagógicos disponíveis nas escolas públicas brasileiras. Além da análise, o trabalho propõe alternativas pedagógicas que podem potencializar o ensino de Sociologia. Entre elas, destacam-se as estratégias de leitura crítica, a construção de sequência didática focada na temática da desigualdade e a utilização de recursos complementares, como documentários, músicas, filmes e podcasts, que ampliam a compreensão dos alunos sobre o tema.

Palavras-chaves: Desigualdade; Sociologia; Livro Didático; Ensino de sociologia.

SOCIOLOGY TEXTBOOKS IN BASIC EDUCATION AND THE THEME OF INEQUALITIES

ABSTRACT

Social inequality remains one of the central issues in contemporary society, manifesting itself across economic, racial, gender, cultural, and educational dimensions. As a complex and multifaceted phenomenon, it shapes social and political life, producing unequal opportunities and sustaining asymmetric power relations. Within this context, the teaching of Sociology in Brazilian high schools plays a key role in providing students with theoretical and critical tools to understand their social reality and to question the mechanisms that reproduce social injustices. This study aims to analyze how the theme of social inequalities is addressed in high school Sociology textbooks approved by the ****National Textbook and Teaching Materials Program (PNLD)****, identifying both the main approaches adopted and the gaps that may limit critical learning. The research combines theoretical discussions on inequality with a content analysis of the textbooks, seeking to evaluate their potential for promoting critical social awareness. Furthermore, the paper proposes pedagogical alternatives to strengthen Sociology teaching, including critical reading strategies, the development of didactic sequences focused on inequality, and the incorporation of complementary materials such as documentaries, songs, films, and podcasts that expand students' understanding of the topic.

Keywords: Social Inequality; Sociology; Textbook; Sociology Teaching.

LISTA DE SIGLAS

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

PNLD – Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

BNCC – Base Nacional Comum Curricular.

MEC – Ministério da Educação.

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais.

FGV – Fundação Getúlio Vargas.

IBGE – Instituto brasileiro de Geografia e Estatística.

LD – Livro Didático

LE – Livro do Estudante

MDP – Material Digital do Professor

MP – Material do Professor

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Exemplos de desigualdades sociais e categorias sociais.

Quadro 2 – Obras de sociologia adotadas pelo PNLD no Ensino Médio.

Quadro 3 – Coleção de obras adotadas pelo PNLD no Ensino Médio.

Quadro 4 – Materiais de aprofundamento sobre o tema das desigualdades.

Quadro 5 – Análise comparativa da abordagem da desigualdade em obras didáticas de Sociologia no Ensino Médio do Cariri Paraibano.

Quadro 6 – Estratégias pedagógicas para o ensino de desigualdades sociais

Quadro 7 - Habilidades da BNCC e Objetivos de Aprendizagem em Sociologia

Quadro 8 – Sugestões de mídias e materiais didáticos sobre desigualdade.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	13
1.1.1	<i>Etapas do estudo de caso</i>	14
2	DESIGUALDADE SOCIAL: PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS	17
2.1	CONCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS SOBRE DESIGUALDADE.....	17
2.2	A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA DESIGUALDADE NA SOCIEDADE ATUAL	24
2.3	TIPOS DE DESIGUALDADE: ECONÔMICA, SOCIAL, DE GÊNERO, RACIAL, ENTRE OUTROS.....	26
2.4	A DINÂMICA DA DESIGUALDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA	33
2.5	A CONCENTRAÇÃO DE PODER E SEUS IMPACTOS SOCIAIS	39
3	LIVROS DIDÁTICOS E O TEMA DAS DESIGUALDADES: ENTRE AUSÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES	45
3.1	DIFERENÇA ENTRE LIVRO DIDÁTICO E LIVRO PARADIDÁTICO	45
3.2	SOCIOLOGIA E LIVRO DIDÁTICO	46
3.3	O PROCESSO DE ESCOLHA E APROVAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA.....	51
3.4	PANORAMA DAS OBRAS ADOTADAS PELO PNLD NO ENSINO MÉDIO.....	53
3.5	ESTUDO DE CASOS A PARTIR DOS LIVROS DIDÁTICOS SELECIONADOS: O TRATAMENTO DA DESIGUALDADE, ENFOQUE, AUSÊNCIAS E APROFUNDAMENTO.....	55
4	PROPOSTAS DIDÁTICAS PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA COM FOCO NO TEMA DAS DESIGUALDADES	77
4.1	ESTRATÉGIAS DE LEITURA CRÍTICA DE LIVROS DIDÁTICOS COM ESTUDANTES TENDO COMO FOCO O TEMA DAS DESIGUALDADES	77
4.2	CONSTRUÇÃO DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS COM BASE NA TEMÁTICA DA DESIGUALDADE.....	79
4.2.1	<i>Sequência didática</i>	79
4.3	SUGESTÕES DE RECURSOS COMPLEMENTARES: DOCUMENTÁRIOS, FILMES, MÚSICAS E PODCAST QUE ABORDEM A TEMÁTICA DAS DESIGUALDADES.	84
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
6	REFERÊNCIAS	91

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade social é uma das questões centrais nas sociedades contemporâneas, manifestando-se em múltiplas dimensões — econômicas, raciais, de gênero, educacionais, entre outras. A Sociologia, enquanto disciplina escolar, desempenha um papel fundamental na compreensão crítica das desigualdades que estruturam a sociedade. Ao abordar temas como classe social, raça, gênero, trabalho e cidadania a disciplina oferece aos estudantes instrumentos teóricos para compreender a realidade em que vivem e questionar as relações de poder e privilégios que sustentam as injustiças sociais. No âmbito educacional, a abordagem da desigualdade envolve, entre outros fatores, a maneira como o tema é trabalhado nos materiais didáticos utilizados nas escolas.

Nesse sentido, os livros didáticos de Sociologia desempenham um papel relevante ao mediar os conhecimentos produzidos no meio acadêmico e no Ensino Médio, contribuindo significativamente para a formação de uma visão crítica acerca das dinâmicas e das estruturas que compõem a sociedade. O modo como os conteúdos são selecionados, organizados e problematizados pode contribuir tanto para a compreensão crítica dos estudantes quanto para a reprodução da visão naturalizada das desigualdades.

Esta pesquisa tem como objetivo **analisar como o tema das desigualdades sociais é abordado nos livros didáticos de Sociologia adotados no Ensino Médio**, considerando tanto os conteúdos apresentados quanto aos aprofundamentos e as ausências que possam ocorrer frente às ementas em abordagem. O trabalho se justifica pela importância de analisar como o tema da desigualdade é disposto para os alunos do Ensino Médio e, se tais materiais contribuem, efetivamente, para a construção de uma consciência crítica e cidadã entre os jovens.

A estrutura da pesquisa foi organizada em três capítulos principais.

O Capítulo 1, intitulado *Desigualdade Social: Perspectivas Contemporâneas*, apresenta o embasamento teórico necessário para compreender o fenômeno da desigualdade. São discutidas as principais concepções contemporâneas sobre o tema, a relevância do seu estudo na atualidade, os diversos tipos de desigualdade (econômica, social, racial, de gênero, entre outras), bem como suas dinâmicas específicas no contexto brasileiro. Além disso, aborda a questão da concentração de poder e seus impactos na manutenção das desigualdades.

O Capítulo 2, *Livros didáticos e o tema das desigualdades: entre Ausências e Representações*, volta-se à análise dos livros didáticos de Sociologia. Inicialmente, distingue-se o livro didático do livro paradidático, na discussão do papel dos materiais didáticos no ensino da disciplina. Em seguida, são apresentados os critérios de escolha e aprovação dos livros no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), com um panorama das obras utilizadas nas escolas públicas de Ensino Médio. Por fim, é realizado um estudo de caso com base em livros selecionados, com o objetivo de identificar de que forma o tema da desigualdade é tratado, destacando os enfoques e as possíveis ausências relevantes para as abordagens sobre a temática.

No Capítulo 3, *Propostas didáticas para o ensino de Sociologia com foco no tema das desigualdades*, o foco está na prática pedagógica. São sugeridas estratégias de leitura crítica dos livros didáticos em sala de aula, apresentação de uma sequência didática voltada à temática da desigualdade. Por fim, as sugestões de recursos complementares: documentários, filmes, músicas e podcast que abordem a temática das desigualdades.

Dessa forma, esta pesquisa visa contribuir para a ampliação das discussões sobre o tratamento de temas socialmente relevantes com ênfase na temática da desigualdade nos livros didáticos do Ensino Médio.

1.1 Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa situa-se no campo dos estudos qualitativos, pois busca analisar como o tema das desigualdades sociais é abordado nos livros didáticos de Sociologia, adotados, especificamente para os alunos do ensino médio. Para alcançar esse objetivo, foram adotados dois procedimentos metodológicos principais: a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso.

A pesquisa bibliográfica teve como finalidade oferecer o embasamento teórico necessário à análise do fenômeno investigado, permitindo situar o estudo no contexto das produções acadêmicas já existentes sobre desigualdade, ensino de sociologia, livro didático. Essa etapa envolveu a leitura e a análise de livros, artigos científicos, dissertações e outros documentos relevantes.

De acordo com Gil (2008),

a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos se exija algum tipo de levantamento dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisa bibliográfica, assim como determinados trabalhos que se valem da técnica de análise de conteúdo (GIL, 2008, p. 50).

O estudo de caso foi utilizado como procedimento empírico, uma vez que possibilita a investigação detalhada de um fenômeno dentro de seu contexto real. Essa abordagem permite compreender as relações entre o conteúdo dos livros didáticos e os referenciais teóricos que orientam a abordagem da desigualdade social. Conforme Yin (2005, p. 32)

o estudo de caso consiste em uma investigação empírica que examina um fenômeno contemporâneo em seu contexto de realidade, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidas, e na qual são utilizadas diversas fontes de evidência (apud GIL, 2008, p. 58).

A escolha desses dois procedimentos metodológicos justifica-se pela necessidade de articular fundamentação teórica e análise empírica. A pesquisa bibliográfica oferece o suporte conceitual para compreender os marcos teóricos que orientam o debate sobre desigualdade social, enquanto o estudo de caso possibilita observar, de forma concreta, como esses conceitos se materializam nas obras didáticas. Essa combinação metodológica amplia a consistência e a profundidade da investigação, contribuindo para uma compreensão crítica acerca de como os livros de Sociologia contemplam e representam as desigualdades.

1.1.1 Etapas do estudo de caso

O estudo de caso, desenvolvido nesta pesquisa, compreendeu um conjunto de etapas articuladas que buscaram garantir rigor analítico e coerência metodológica entre os objetivos propostos e os procedimentos adotados. As etapas foram organizadas da seguinte forma:

- a) **Seleção das obras didáticas** - Inicialmente, realizou-se a seleção dos livros de Sociologia aprovados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e utilizados nas escolas públicas estaduais situadas na região do cariri paraibano. Essa escolha fundamenta-se na relevância do PNLD como principal política pública de distribuição de materiais didáticos no país, o que assegura que as obras analisadas

estejam em conformidade com as diretrizes curriculares nacionais e representem a realidade educacional da rede pública.

O levantamento das obras adotadas foi realizado por meio de contato direto com profissionais das escolas — gestores, professores e coordenadores — que forneceram informações atualizadas sobre os materiais efetivamente utilizados no cotidiano pedagógico.

- b) **Leitura dos capítulos** - Após a definição do corpus, foi conduzida uma leitura dos capítulos que abordam a temática das desigualdades sociais. Essa etapa teve como objetivo identificar de que maneira o tema é introduzido, desenvolvido e articulado às diferentes dimensões das desigualdades — como classe social, gênero, raça, etnia e território, como também, observar a presença de conexões entre essas dimensões.
- c) **Análise do conteúdo e das referências teóricas** - Na sequência, realizou-se a análise qualitativa do material, com foco na forma como as desigualdades e suas dimensões são apresentadas e problematizadas nos textos e atividades. Buscou-se identificar os conceitos sociológicos utilizados para explicar o fenômeno, os autores e teorias de referência mobilizados (como Marx, Weber, Bourdieu e outros), e, de modo complementar, as ausências, ou seja, os aspectos, perspectivas e abordagens que não foram contemplados nas obras.
- d) **Análise comparativa da abordagem da desigualdade** - Na etapa final, realizou-se uma análise comparativa das obras didáticas de Sociologia utilizadas no ensino médio do cariri paraibano, com base em critérios específicos previamente definidos. Foram analisados os seguintes aspectos em cada volume ou capítulo selecionado:

Volume/capítulo analisado – identificação da parte do livro em que a temática das desigualdades é abordada;

Abordagem da desigualdade – forma como o tema é apresentado e problematizado;

Categorias da desigualdade – dimensões contempladas, como classe, gênero, raça, etnia e território;

Contextualização histórica – referência aos processos históricos e sociais que explicam a desigualdade;

Recursos pedagógicos – textos, imagens, exemplos, atividades e estratégias utilizadas para mediar a compreensão do tema;

Lacunas/limitações – aspectos ausentes ou pouco desenvolvidos na abordagem do fenômeno;

Ponto forte – elementos da obra que contribuem de forma significativa para a compreensão crítica das desigualdades.

Essa análise permitiu identificar diferenças e semelhanças entre as obras, evidenciando como os livros didáticos articulam conceitos, autores e perspectivas sobre desigualdade social, bem como revelando as possíveis limitações/pontos de atenção e pontos relevantes de cada material. O procedimento garantiu uma compreensão crítica e sistemática da forma como o tema é tratado nas obras que compõem a pesquisa.

2 **DESIGUALDADE SOCIAL: PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS**

2.1 **Concepções contemporâneas sobre desigualdade**

A desigualdade é um conceito amplamente presente nas discussões sociológicas. Esse termo possui tanto definições científicas quanto aceção do senso comum. Por se tratar de um conceito polissêmico e complexo, é frequentemente debatido nas discussões políticas, no meio acadêmico, no cotidiano e nos meios de comunicação. Na perspectiva sociológica, acadêmica ou no senso comum, a desigualdade está associada a um juízo de valor negativo e é entendida como um fator que traz prejuízos à sociedade. Por isso, é um dever buscar formas de minimizá-la e combatê-la.

Esse conceito que engloba juízos valorativos tem sido objeto de análise dos cientistas sociais e economistas, os quais desenvolveram estudos teóricos e investigações empíricas para compreender esse fenômeno social. Na concepção sociológica, a desigualdade também assume conotação negativa e os sociólogos compreendem que a desigualdade está interligada a diversos fatores, tais como: a falta de oportunidade; os danos sociais e a injustiça social.

No plano valorativo e no plano científico, entretanto, são distintos. Por este motivo os economistas e cientistas sociais recorrem a teorias, métodos e técnicas para formular concepções e definições desprendendo-se do senso comum, identificaram e analisaram empiricamente as dimensões das desigualdades sociais, suas causas e as suas consequências. Compreendendo que, assim como a sociedade, as desigualdades também sofreram transformações ao longo do tempo - foram criadas e permanecem sendo recriadas, minimizadas, intensificadas e transformadas em diversos aspectos e fatores.

Karl Marx (2013), por exemplo, destacou que a desigualdade está interligada a divisão da sociedade em classes sociais e na exploração do trabalho. Max Weber (1999), por sua vez, amplia sua análise para além do aspecto econômico, acrescentando, portanto, que a desigualdade, também, se estrutura por meio do status e poder político. Pierre Bourdieu (1989), demonstra que as desigualdades são historicamente construídas e que se reproduzem e se transformam por meio de diferentes tipos de capital (econômico, social, cultural e simbólico).

No contexto brasileiro, Jessé de Souza (2017), evidenciou como a herança da escravidão, o patrimonialismo e a formação de uma elite excludente moldaram as desigualdades. Estas que permanecem sendo recriadas, intensificadas ou minimizadas ao longo do tempo. Souza (2003), em sua obra *A construção social da subcidadania*, crítica a naturalização da desigualdade brasileira, destacando a concentração de privilégios mantidos pela elite em detrimento da exclusão simbólica e desvalorização das classes menos favorecidas. O autor aprofunda a crítica da naturalização a partir da articulação da teoria sociológica e análise histórica. Souza (2003), constata que no Brasil existe uma “ralé estrutural” formada por grupos que não possuem capital cultural e econômico. Nas palavras de Jessé de Souza, a ralé se refere a

seres humanos a rigor dispensáveis, na medida em que não exercem papéis fundamentais para as funções produtivas essenciais e que conseguem sobreviver nos interstícios e nas ocupações marginais da ordem produtiva. Este tipo humano, como o do escravo, também se espalhou por todo o território nacional e representava, em meados do século XIX, cerca de 2/3 da população nacional. (SOUZA, 2003, p. 70)

Para explicar a continuidade desse processo de exclusão dos grupos marginalizados, Jessé de Souza (2003) dialoga com os conceitos do sociólogo francês Pierre Bourdieu (*habitus* e distinção), bem como de Charles Taylor (reconhecimento). Nesse sentido, o autor propõe a ideia de *habitus* precário, que

seria aquele tipo de personalidade e de disposições de comportamento que não atendem às demandas objetivas para que, seja um indivíduo seja um grupo social, possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade de tipo moderno e competitivo, podendo gozar de reconhecimento social com todas as suas dramáticas consequências existenciais e políticas. (SOUZA, 2003, p. 98).

A ideia de *habitus* precário proposta por Jessé de Souza (2003) evidencia que a exclusão das camadas populares não é apenas material, mas também simbólica e cultural, uma vez que os indivíduos não são valorizados socialmente. Nessa perspectiva, a desigualdade é mantida pelo mecanismo que articula a internalização do *habitus* precário e a hierarquia social, que mantém a “ralé estrutural” na privação econômica, desvalorizada e sem reconhecimento.

Pierre Bourdieu (1970) e Florestan Fernandes (1964), por sua vez, investigaram a desigualdade e seus mecanismos de reprodução e permanências. Em *A Reprodução* (1970), Bourdieu e Passeron evidenciaram como as desigualdades vão além dos aspectos econômicos, sendo reproduzidas pelas instituições, dentre elas, a escola. Já Florestan Fernandes, em *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), ao analisar a formação social brasileira no período pós-abolição evidenciou que a exclusão e o racismo estão presentes na sociedade desde

sua formação e se perpetua até os dias atuais. As abordagens desses autores reforçam a compreensão de que a desigualdade não é apenas uma questão de renda, mas envolve diversos fatores que se articulam e contribuem para a reprodução e permanência das desigualdades ao longo do tempo.

Neste trabalho abordaremos as definições de desigualdades segundo diferentes teorias sociológicas. É imprescindível compreender que os conceitos de desigualdade e diferença não são sinônimos. As diferenças entre os grupos sociais – como estilos de vida, costumes, habilidades, desempenho ou talentos não se configuram como desigualdades. Segundo Pierre Bourdieu (1998) as diferenças sociais tornam-se desigualdade quando estão interligadas à distribuição desigual de capitais que proporcionam vantagens e desvantagens a determinados grupos. Neste sentido, a desigualdade ocorre quando essas diferenças estão inseridas em estruturas que geram assimetrias no acesso a recursos, direitos e oportunidades.

Por conseguinte, a desigualdade é um fenômeno heterogêneo presente em todas as esferas do mundo social. A mesma está interligada à forma como a sociedade se organiza e afeta significativamente o bem-estar social e as relações políticas, econômicas, culturais e sociais.

Ainda, a compreensão da desigualdade requer uma análise histórica que considere sua origem, sua organização e as formas como se mantém ou se transforma ao longo do tempo. É necessário adotar uma perspectiva ampla, capaz de identificar suas raízes e de compreender como ela se manifesta na sociedade contemporânea. Com base nisso, sabemos que a sociedade não é estática, mas um processo contínuo de evolução. Nesse contexto, a desigualdade também deve ser entendida como dinâmica, construída e modificada conforme as transformações sociais.

Consequentemente, o processo de industrialização é um período que provocou intensas transformações na sociedade e nas relações sociais. A partir daí, emergiram novas formas de organização e divisão social, suscitando o aumento da divisão entre pobres e ricos. Com isso, a modernidade, o desenvolvimento das cidades e a expansão do comércio foram contribuintes para o surgimento de novas formas de estratificação social, uma vez que se constituíram em cenários de intensas mudanças sociais, políticas e econômicas. De acordo com Caldeira (2001), a modernização trouxe consigo não apenas avanços tecnológicos, mas, também, o aprofundamento de desigualdades históricas, evidenciadas na segregação espacial, na diferenciação de acesso à educação e na precarização das condições de trabalho. Dessa forma,

o estudo das origens da desigualdade possibilita identificar os mecanismos que perpetuam as disparidades até os dias atuais. Assim, pode-se afirmar que a desigualdade é um conceito multifacetado, que engloba dimensões que estão para além das dimensões econômicas e políticas, uma vez que engloba também as dimensões culturais e simbólicas.

Pierre Bourdieu (2007) desenvolveu amplos estudos sobre a sociedade, as desigualdades sociais e as transformações da realidade social a partir de seus conceitos de habitus, capital cultural e violência simbólica. Na concepção de Bourdieu, a desigualdade não está relacionada ao processo natural, mas, sim, ao resultado da construção social vinculado ao poder e relações de dominação. Para o sociólogo, o fator econômico não era o único determinante de privilégios e distinção social, a cultura entendida como um bem simbólico também determina privilégios e distinção, isto é – capital social e capital cultural. Capitais estes que são intrínsecos à desigualdade e sua reprodução na sociedade. Nas palavras de Bourdieu (2007) capital social refere-se

[...] conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de interreconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (Bourdieu, 2007, p. 67)

O capital cultural (Bourdieu)

impõe-se primeiramente como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o “sucesso escolar” ou seja, os benefícios específicos que as crianças das diferentes classes podem obter no mercado escolar, a distribuição do capital cultural entre as classes e as frações de classes. (Bourdieu, 1998, p. 73)

É válido destacar o conceito de capital cultural desenvolvido por Bourdieu (1998, p. 74-79) representa a ruptura da compreensão do “fracasso ou sucesso escolar” entendido no senso comum como resultado das aptidões naturais do ser humano. O capital cultural pode ser compreendido, a partir de três estados:

- I- *Estado incorporado*: relacionado ao corpo, à singularidade biológica. É transmitido hereditariamente e sua assimilação é inconsciente, não pode ser transmitido instantaneamente como o capital econômico, pois se trata da incorporação de hábitos, competências e valores que são interiorizados ao longo da vida através das relações sociais duráveis que são construídas por meio da família, da escola, de amigos.

- II- *Estado objetivado*: corresponde ao capital cultural sob a forma de bens materiais – quadros, livros, máquinas – podem ser transmitidos instantaneamente. Porém, o simples fato de receber tais bens, não representa o que Pierre Bourdieu considera como capital cultural, pois, além de possuir os bens materiais, é necessário que o indivíduo possua o capital incorporado que permite a valorização e interpretação dos bens, uma vez que são portadores de sentido cultural.
- III- *Estado institucionalizado*: refere-se ao sistema escolar e as instituições oficialmente reconhecidas e aquisição de títulos, certificados, diplomas, que legitimam o saber/conhecimento.

Conforme Bourdieu (1998), o capital não se resume a um conjunto de competências, habilidades, valores que são incorporados ao longo do tempo. É também um fator determinante na reprodução das desigualdades sociais, principalmente no âmbito escolar. Em outras palavras, Bourdieu (1998) argumenta que os capitais de cunho social, econômico e cultural, são distribuídos de forma desigual na sociedade, o que favorece a reprodução de hierarquias dominantes e desigualdade. Esses capitais funcionam como mecanismos de distinção e exclusão de determinados grupos sociais.

No entanto, as modificações ocorridas na sociedade, ao longo dos anos, geraram novos conhecimentos e desafios para compreensão das desigualdades. O sociólogo Casttels (2005) apresenta sua concepção de desigualdade a partir da globalização, da era da informação e tecnologia. Segundo o autor, a era da informação vinculada as novas tecnologias e os mercados globais intensificam as disparidades sociais existentes e faz emergir novas formas de exclusão. Concomitante, a globalização, o processo tecnológico de comunicação e a informação se difundiram pelo mundo de forma desigual, ocasionando a disparidade no acesso tecnológico e o surgimento da elite global privilegiada, assim como a desigualdade na educação, na saúde e etc.

A integração da sociedade e as relações sociais interligadas pela era tecnológica foi denominada por Casttels como *sociedade em rede*

A sociedade em rede, em termos simples, é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microelectrónica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes. (Castells, 2005, p.19)

Para além disso, a sociedade contemporânea está imersa na era da informação, que proporciona novas formas de comunicação e interação entre as pessoas e pessoas-coisas, é perceptível as alterações nas relações – políticas, sociais, econômicas - provocadas pela era tecnológica que afirma promover melhorias na economia, incentivar a cultura, o aperfeiçoamento pessoal e a educação através da tecnologia. O resultado da sociedade da informação também denominada *ciberespaço*, não está de acordo com o prometido, a materialização e o crescimento tecnológico têm intensificado a desigualdade entre os que são beneficiados e os que não possuem benefícios da rede – a exclusão digital. A exclusão digital provoca uma nova forma de pobreza – pobreza da informação e do conhecimento digital.

Contudo, é perceptível que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) proporcionaram avanços mundiais, mas que por outro lado ameaçam intensificar as desigualdades, por alguns apelidada de divisão digital. Tais desigualdades foram identificadas a algumas décadas, porém não foram completamente neutralizadas. Por esse motivo, se faz necessário as discussões acerca do tema.

Piketty (2013) elucida a desigualdade como um processo histórico e dinâmico profundamente interligado aos fatores políticos, as escolhas ideológicas e sociais na distribuição de riquezas e poder. Em uma de suas principais obras “O capital no século XXI” o autor francês, pondera a desigualdade de riqueza e renda, com maior relevância para a concentração de capital nas mãos de poucos e sua dinâmica ao longo do tempo.

Piketty (2013) defende que a distribuição de riqueza não é restrita aos mecanismos econômicos, mas também interligada profundamente aos mecanismos políticos, compreendendo que a redução e o aumento das desigualdades sociais nos países desenvolvidos ao longo do tempo sempre estiveram relacionados as políticas públicas adotadas de acordo com o cenário vigente – guerras e transformações políticas.

Segundo Piketty (2013) a história da desigualdade é moldada pela forma como os atores políticos, sociais e econômicos enxergam o que é justo e o que não é, assim como pela influência relativa de cada um desses atores e pelas escolhas coletivas que disso decorrem, ou seja, ela é fruto da combinação, do jogo de forças, de todos os atores envolvidos.

Thomas Piketty (2013) trata da relação entre capitalismo-desigualdade e o reflexo dessa relação na sociedade democrática, na concepção do autor, o capitalismo provoca desigualdades e ameaça a sociedade democrática a partir do momento em que a taxa de remuneração do capital ultrapassa a taxa de crescimento da produção e da renda, fato que ocorreu no século XIX e que

para Piketty (2013) parece ser provável que ocorra no século atual, uma vez que a riqueza herdada aumenta mais rápido do que a renda e produção e o poder econômico concentrado nas mãos de poucos afeta diretamente as instituições.

Com isso, por meio de dados históricos e econômicos, o autor mostra que a desigualdade é resultado também das escolhas políticas adotadas e que o capitalismo tende a concentrar o poder econômico e político nas mãos de poucos. Ele compreende que para reduzir a desigualdade é necessário a intervenção do Estado com políticas públicas na busca de garantir uma sociedade democrática.

O sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (1976), desenvolve e elucida seus estudos sobre a desigualdade a partir da compreensão que a desigualdade tem raízes herdadas do passado escravista, mesmo após a abolição (1888) foi mantida na sociedade a estrutura de dominação, a qual os escravizados não tiveram acesso econômico, social, cultural, educacional, ficando as margens da sociedade detentora de poder econômico e social, em outras palavras, o cenário escravocrata se perpetuou provocando racismo estrutural e marginalização. Neste panorama de dominação, o capitalismo se desenvolveu de forma autoritária, mantendo a elite no poder e os menos favorecidos, as margens - capitalismo dependente. O crescimento do capital se deu de forma desigual e longe da justiça social, intensificando as disparidades sobretudo a desigualdade de raça e classe.

Segundo Florenstan (1976)

o novo padrão de desenvolvimento capitalista está ampliando e aprofundando as desigualdades econômicas, sociais e políticas preexistentes. Não só aumentou o fosso entre o “pobre” e o “rico” ou a distância sócio-econômica, político-cultural e histórica entre as classes despossuídas e as classes possuidoras: o caminho para chegar à riqueza e ao poder fundado na riqueza tornou-se muito mais áspero e difícil. (Fernandes, 1976, p.288)

Nesse contexto, a mobilidade social é limitada, a inclusão do negro na sociedade é pautada na subordinação e sem acesso pleno aos direitos civis. Assim, o racismo estrutural torna-se uma barreira que impede que o negro alcance altas e privilegiadas posições hierárquicas.

Por fim, Florestan Fernandes (2008) defende que a desigualdade está fortemente atrelada aos resquícios deixados pelo período escravocrata, a partir do qual as relações de dominação e subordinação não foram totalmente exterminadas. O negro foi largado ao seu próprio destino, deixando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano criados pelo advento

do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo. O capitalismo se desenvolveu de forma dependente a estrutura social pautada na subordinação dos negros e pobres, perpetuando essa disparidade social até os dias atuais.

Em suma, diante dessas interpretações, vê-se que a desigualdade não é restrita ao fator econômico. É, portanto, resultado histórico pautado nos processos de transformações sociais, exclusão, racismo, subordinação e concentração de riqueza, poder e decisões nas mãos da minoria. Constata-se, também, que, ao longo do tempo, a desigualdade passou por períodos em que foi minimizada, mas em maior parte foi intensificada e sua reprodução se perpetua até os dias atuais. De acordo com Santos (2007), a desigualdade não pode ser entendida apenas como um descompasso na distribuição de renda, mas também como um fenômeno que permeia a construção de identidades, a reprodução de valores culturais e a manutenção de relações de poder assimétricas.

2.2 A importância do estudo da desigualdade na sociedade atual

A discussão acerca da desigualdade na sociedade atual é imprescindível, uma vez que a desigualdade afeta diretamente a vida dos indivíduos, bem como interfere na construção de uma sociedade democrática, justa e equitativa. A desigualdade promove a injustiça social, a exclusão, afeta a democracia limitando os direitos civis dos cidadãos de forma igualitária, promove a violência, o autoritarismo e a instabilidade.

O debate sobre desigualdade em suas variadas dimensões e a distribuição desigual de riqueza deve interessar a todos, pois esse fenômeno determina o bem-estar social

Na verdade, a questão da distribuição da riqueza é importante demais para ser deixada apenas para economistas, sociólogos, historiadores e filósofos. Ela interessa a todo mundo, e é melhor que seja assim mesmo. A realidade concreta e orgânica da desigualdade é visível para todos os que a vivenciam e inspira, naturalmente, julgamentos políticos contundentes e contraditórios. Camponês ou nobre, operário ou dono de fábrica, servente ou banqueiro: cada um, a partir de seu ponto de vista peculiar e único, vê aspectos importantes sobre as condições de vida de uns e de outros, sobre as relações de poder e de dominação entre grupos sociais, e elabora sua própria concepção do que é justo e do que não é. (Piketty, 2013, p.12)

As desigualdades sociais reduzem a garantia de direitos essenciais do indivíduo – direito à vida, alimentação, saúde, educação, segurança, moradia entre tantos outros. Fortalecer as

discussões sobre esse tema é um meio de envolver a sociedade nessa causa pela busca de minimizar as desigualdades, assim como demonstrar o mal que a mesma causa. A disparidade não pode ser compreendida como um problema individual ou restrito a uma família específica, é analisada pelo modo pelo qual os recursos e as oportunidades são distribuídos na sociedade, logo, é um problema que diz respeito a coletividade.

Em uma sociedade com alto índice de desigualdade a desconfiança, o medo, a repressão, a alta mortalidade, o desemprego e o clima de ameaça se tornam cenário do cotidiano, a competitividade aumenta ao passo que a cooperação diminui, esses mecanismos desenvolvidos pela desigualdade determina a realidade do indivíduo imerso nesse cenário de instabilidade e desconfiança.

Mas as consequências não são apenas estas. Em sociedades muito desiguais, onde a desconfiança é generalizada - se existirem estados e administrações públicas minimamente estruturados - geralmente a resposta ao conflito e à violência será mais força e repressão, principalmente direcionada aos grupos mais vulneráveis. Assim, sociedades desiguais tendem a ser não apenas sociedades em que se mata e se morre muito, mas também sociedades em que se encarcera indiscriminadamente. (Costa e Silva, 2020, p.21)

Tais evidências demonstram que a desigualdade causa consequências profundas na vida social, aniquila o convívio pacífico entre os membros da sociedade. A desigualdade vai além do convívio pautado na confiança e boas relações comunitárias, atinge a economia, raça, gêneros, relações de emprego e vários outros aspectos mundiais.

Constata-se que existe desigualdade de toda natureza. A distinção está presente na vida do indivíduo desde o seu nascimento, ou seja, a origem social, à raça, a posição social, ao gênero. Todos esses são marcadores que interferem nas dificuldades que as pessoas irão encontrar ao longo da vida. Uma pessoa preta, mulher, nascida em família pobre tem maior tendência de se deparar com dificuldades e falta de oportunidade na sua trajetória do que um homem branco nascido em família com bom capital – social, econômico, cultural. Diante de tais fatos, se torna cada vez mais evidente a importância da discussão sobre a desigualdade e suas faces.

A disparidade acompanha os grupos marginalizados durante a vida, a mobilidade é limitada, na busca por empregos existe a distinção salarial que valorizam raça, gênero e status social em detrimento de capacidade e conhecimento. Em uma sociedade desigual os valores

parecem estar invertidos, é a dinâmica do rico cada vez mais rico e o pobre cada vez mais subordinado a classe detentora de poder e prestígio.

Desenvolver estudos sobre a desigualdade é necessário para compreensão da realidade social, desenvolvimento do conhecimento e da consciência crítica, possibilita identificar os grupos sociais afetados, a injustiça. Por meio de estudos e debates acerca desse tema também é possível promover e desenvolver políticas públicas que visem minimizar as disparidades e fortalecer a democracia e a justiça social.

2.3 Tipos de desigualdade: econômica, social, de gênero, racial, entre outros

Desigualdade trata-se de um conceito polissêmico e dinâmico – apresenta diversas dimensões e vetores, engloba uma diversidade de tipos que se inter-relacionam e em alguns casos um tipo de desigualdade pode dar força a uma outra desigualdade e/ou fazer com que um novo tipo de desigualdade venha a surgir. Neste sentido, ao se falar de desigualdade é necessário utilizar esse termo no plural – desigualdades, pois as mesmas apresentam mecanismos geradores e formas variadas. De acordo com os sociólogos essa pluralidade se trata da multidimensionalidade das desigualdades, entre as principais dimensões das desigualdades, encontram-se: as desigualdades de rendimento, prestígio, poder, raça, gênero, dentre outras.

O sociólogo Goran Theborn (2009) estabelece uma concepção metódica para elucidar três tipos de desigualdades sociais: desigualdades vitais, desigualdades existenciais e desigualdades de recursos.

O primeiro tipo de desigualdade estabelecido pelo autor sueco Goran Theborn (2009) diz respeito às desigualdades relacionadas a vida e a morte como consequência de exposições a riscos fatais. O sociólogo compreende que a saúde da população depende de fatores biológicos, mas não somente disso, fatores sociais também estão correlacionados ao estado de saúde das pessoas, a esperança de vida, a mortalidade infantil e a incidência de doenças apresentam diferentes indicadores de acordo com os grupos sociais. É possível perceber facilmente na sociedade esta dimensão apresentada pelo autor ao se observar as condições de saúde de pessoas de diferentes classes sociais e/ou diferentes grupos étnico-raciais dentro de

uma mesma nação, onde em muitos casos o acesso ao sistema de saúde tem o valor elevado e o sistema de saúde público é inadequado, a taxa de mortalidade infantil medida por indicadores apresentam diferentes resultados em países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

As desigualdades existenciais tratam-se de uma dimensão fundamental assim como a exposta anteriormente. As desigualdades existenciais está relacionada ao reconhecimento individual de cada ser humano, do direito ao acesso, ao respeito e aos projetos de vida. Segundo o autor Goran Theborn (2009), esse tipo de desigualdade foi construído historicamente, é perceptível a prática da mesma no racismo, escravatura e patriarcado, onde não é levado em consideração o reconhecimento do indivíduo.

Um dos domínios em que elas se manifestam com frequência é o da diferenciação étnicoracial. Em muitos países, seja por via dos fluxos migratórios internacionais, seja pela composição interna da sua própria população, deparamo-nos com grupos étnico-raciais diversos e situações em que os membros de alguns desses grupos são alvos quotidianos de racismo e discriminação étnica, seja por parte dos grupos socialmente dominantes, seja por parte das instituições. (Machado, 2015 p. 6)

O último tipo de desigualdade elencado por Goran Theborn (2009) – as desigualdades de recursos, é a mais comum nas discussões do cotidiano e nas discussões das ciências sociais. É, sem dúvidas, um dos tipos de disparidades de extrema importância, a mesma influência de forma direta a formação e desenvolvimento das desigualdades vitais e existenciais. As desigualdades de recursos estão relacionadas a escolaridade, ao rendimento, as qualificações, poder, capital social, entre outros fatores, é perceptível a pluralidade de fatores relacionados a esta dimensão das desigualdades sociais.

O rendimento - quantidade de dinheiro que as pessoas ganham em uma sociedade - é considerado um dos recursos que mais causa o aumento das desigualdades sociais, uma vez que este recurso interfere diretamente na escolaridade, na alimentação, na saúde e em outros aspectos que determinam a realidade do indivíduo. O capital social compõe essa disparidade existente na sociedade, pois é fruto das relações sociais que pode facilitar o acesso a oportunidades e privilégios, que por vezes é utilizado em benefício do próprio indivíduo ou de terceiros.

Vale, ainda, frisar outras dimensões da desigualdade - as desigualdades de condições e as desigualdades de tratamento. Embora, as duas formas sejam consideradas igualmente indesejáveis, são causadas por fatores diferentes. A primeira, trata-se da distribuição de oportunidades; a segunda, diz respeito as diferentes formas como os indivíduos são tratados.

Este tipo de desigualdade denominado de desigualdade de condições pode ser caracterizado de acordo com a presença ou ausência de igualdade de oportunidade. Segundo Barros (1995)

Quando diferenças em preparação são adquiridas em circunstâncias marcadas por igualdade de oportunidades, estas podem ser consideradas justas na medida em que não criam desigualdade mas apenas revelam desigualdade de habilidades. No entanto, diferenciais de preparação adquiridos em circunstâncias marcadas por desigualdade de oportunidades são socialmente e eticamente indesejáveis tanto quanto as diferenças de premiação de participantes igualmente preparados que ocorre devido a discriminação e segmentação na competição. (Barros, 1995, p.9)

Compreendendo que as desigualdades são as diferenças sistemáticas – disparidades recorrentes entre grupos sociais, interligadas aos fatores sociais, estruturais e institucionais. Elas indicam como alguns grupos acumulam vantagens enquanto outros enfrentam desvantagens e contribui para reprodução das desigualdades. Essas desigualdades estão diretamente relacionadas ao acesso a recursos, bens e oportunidades, sendo independentes de capacidades, talentos e desempenhos próprio de cada pessoa. Elas se manifestam em diferentes categorias sociais, como status, classe, gênero, idade, e grupos étnico-raciais, entre outros. As categorias podem ser comunidades ou grupos consolidados que partilham de características comuns ou sentimentos de pertença entre si que são apresentados a sociedade por única imagem, a formação dessas comunidades em muitas das vezes acontece com minorias étnico-raciais, podendo acontecer também em outras categorias e classes.

Jessé de Souza (2017), em *A tolice da inteligência brasileira*, argumenta que categorias como classe, raça e gênero não podem ser reduzidas a simples marcadores identitários, pois constituem eixos estruturantes das desigualdades sociais no Brasil, historicamente naturalizadas por uma elite que legitima privilégios.

Essas categorias tendem a ser preservadas e perpetuadas no destino dos seus membros seja no sentido de desvantagens ou vantagens. A constituição de categorias sociais que se perpetuam gera rigidez na sociedade, pois à medida que as categorias são perpetuadas dificilmente as pessoas mudam de uma categoria para outra, é quase improvável que pessoas desprivilegiadas e marginalizadas alcance o topo da hierarquia social.

É válido observar que a mobilidade e a imobilidade social entre as classes e a probabilidade das categorias menos favorecidas apresentarem melhorias nas situações de vida e posição na sociedade são fortemente influenciadas pelo acesso aos recursos. Para compreender de forma mais clara a relação entre desigualdades sociais e categorias sociais, é

importante distinguir o que caracteriza cada uma dessas dimensões. As desigualdades sociais correspondem às diferenças estruturais no acesso a recursos, oportunidades, direitos e reconhecimento, que afetam grupos inteiros da população. Elas se manifestam, por exemplo, nas diferenças de acesso à educação, na desigualdade salarial, na precarização do trabalho, na falta de moradia adequada ou no acesso restrito à saúde e à segurança.

Para além disso, as categorias sociais, como classe, raça, gênero, idade ou território, são formas de organizar e classificar os indivíduos dentro da sociedade. Essas categorias permitem identificar quais grupos estão mais expostos a situações de exclusão, discriminação e marginalização. Conhecer essas categorias ajuda a compreender que as desigualdades não resultam de características individuais ou de uma suposta inferioridade natural de determinados grupos. Pelo contrário, elas são produzidas por fatores sociais, históricos e culturais que estruturam a sociedade e distribuem de maneira desigual os recursos e as oportunidades. Assim, analisar as desigualdades a partir das categorias sociais é fundamental para revelar os mecanismos que sustentam a exclusão e a injustiça social. No esquema abaixo é possível observar alguns exemplos do que se refere as desigualdades sociais e o que corresponde as categorias.

Quadro 1- Exemplos de desigualdades sociais e categorias sociais.

Desigualdades sociais	Categorias sociais
Rendimento	Classes
Escolaridade	Etárias
Poder	Étnico-raciais
Prestígio	Gênero
Capital social	
Saúde	
Tratamento	

A existência dos tipos de desigualdades constitui a formação de categorias sociais que perduram na sociedade. Essas categorias têm suas formações na distribuição desigual dos recursos socialmente produzidos, seja das desigualdades vitais ou existenciais, a perpetuidade das categorias contribui para continuidade da desigualdade de distribuição dos recursos.

Pensemos no caso de uma hierarquia social que de início se baseia no rendimento. Num caso assim assistiremos à formação de uma ou mais categorias de novos-ricos e, em contrapartida, haverá outras tantas categorias com rendimentos baixos e médios. Com o tempo, esta hierarquia tende a alterar o seu aspeto originário porque os novos ricos, além do rendimento, irão acumular também poder, capital social e reconhecimento, irão proporcionar aos seus descendentes formações académicas elevadas e acesso a capital cultural, os seus nomes de família tornar-se-ão símbolos de prestígio, em suma, ficarão na posse de novos recursos que não estiveram na génese das categorias iniciais. (Machado, 2015, p. 8)

Uma categoria social pode estar relacionada a mais de uma das faces das desigualdades sociais e vice e versa. Um exemplo, a desigualdade de renda pode estar relacionada a categoria de gênero (homens/mulheres), categoria etária (novos/velhos), categoria étnico-raciais. A desigualdade pode também contribuir para o desenvolvimento de outra, um exemplo, a desigualdade de rendimento contribui para o desenvolvimento da desigualdade de acesso à saúde. Neste sentido, as dimensões da desigualdade se relacionam intensificando umas às outras ou fazendo emergir uma nova dimensão.

Dentro do processo de compreensão da desigualdade e suas múltiplas faces é relevante elucidar a relação entre a disparidade da igualdade de oportunidades e as causas das desigualdades sociais. As causas de ambas são diferentes, porém as instituições que causam os efeitos são as mesmas. É importante evidenciar que as causas de desigualdade e as causas de igualdades de oportunidades não são geradas pelas instituições em si, mas pelo modo como se dá o funcionamento delas. As instituições aqui referidas são: à economia e o mercado de trabalho, o Estado e às políticas públicas, os valores culturais e o sistema de ensino.

Dessa forma, o sistema de ensino desempenha um papel fundamental na promoção da mobilidade social. Ao longo do tempo, o ambiente escolar passou por profundas transformações, deixando de ser um espaço voltado exclusivamente à formação das elites e consolidando-se como um importante instrumento de democratização do acesso ao conhecimento e de ampliação da igualdade de oportunidades.

Ainda, a massificação do ensino é frequentemente alvo de críticas por parte das elites, que tendem a enxergar a permanência de crianças e jovens na escola — independentemente de sua condição social — como algo negativo. Essa visão parte da compreensão de que a escola é um espaço de promoção do desenvolvimento pessoal e social e, nas entrelinhas, revela o temor de que a expansão do acesso à educação reduza o monopólio do saber e das oportunidades tradicionalmente mantido pelas classes privilegiadas. Assim, por trás dessa crítica, encontra-se o medo da concorrência baseada na capacidade e no mérito individual, sem a interferência das

vantagens sociais herdadas. Nesse sentido, a ampliação do ensino contribui para a mobilidade social e enfraquece os efeitos das desigualdades de origem de classe.

Um estudo realizado por Daniel Duque, pesquisador da área de Economia Aplicada, do Instituto Brasileiro de economia (FGV IBRE), revela que a expansão do acesso à educação no Brasil impulsionou a mobilidade social. Segundo Duque (2019), a relação entre renda de pais e filhos caiu de 75% para 55% entre os anos de 1996 e 2014, esse resultado é reflexo da universalização do ensino fundamental e expansão do ensino médio. O estudo foi realizado com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em virtude, a comprovação do sistema de ensino como veículo da mobilidade social é a chegada, a permanência e a conclusão universitária de jovens que são filhos de pessoas que não concluíram os estudos, em muitos casos não chegaram a conclusão do ensino médio, alguns permanecendo por poucos anos na escola e outros que não tiveram a oportunidade de ingressar no sistema educacional. Esse é um discurso comum e verdadeiro, a expansão do ensino é sem dúvidas um grande avanço na educação e de nenhuma forma está sendo desmerecido nessa discussão, mas é necessário também observar os mecanismos e o funcionamento do sistema educacional.

A partir do século XX diversos sociólogos passaram a apresentar por meio de estudos o outro lado do âmbito escolar, a escola como reprodutora de desigualdades, em que a maioria dos alunos que chegam à universidade são herdeiros e favorecidos. Bourdieu e Passeron (1970), por exemplo, mostraram que a escola legitima a cultura dominante e favorece os alunos que já possuem capital cultural herdado da família. No contexto brasileiro, Florestan Fernandes (1966) ressaltou que a estrutura escolar contribui para perpetuar desigualdades históricas ligadas à classe e à raça. Segundo Bourdieu (2007) a escola pode transformar desigualdades externas em desigualdades escolares. Isso ocorre na medida em que a escola dá continuidade aos códigos e linguagens dos alunos com maior capital cultural, onde ocorre a ruptura com os estudantes que não apresentam naturalidade com esses códigos e linguagens que muitas vezes são herdadas de famílias favorecidas.

De acordo com o presente cenário, o conhecimento sociológico compreende que as políticas públicas educativas, no seu funcionamento e a organização tanto da escola quanto dos profissionais da educação, estão consistentes na incorporação de práticas educativas que buscam promover a igualdade de oportunidades, sobretudo nos países que buscam minimizar

as desigualdades existentes. Porém as desigualdades educacionais ainda estão longe de perderem as forças, muito ainda se tem a fazer para alcançar esse feito.

De fato, a economia e o mercado de trabalho também estão entre as instituições que podem causar igualdade de oportunidade e desigualdades sociais. Um fato a ser analisado é saber em que medida essa instituição promove a igualdade de oportunidade, gera desigualdade ou transforma as igualdades pré-existentes. Nos aspectos positivos do crescimento econômico do mercado de trabalho estão: o aumento de emprego e conseqüentemente a redução do desemprego, probabilidade de melhor rendimento para os menos favorecidos, contribuindo para a redução das desigualdades. O contraste dessa situação é a estagnação ou decréscimo da economia que geram aumento de desemprego, redução de salários - que afetam diretamente a qualidade de vida dos assalariados, em casos de crises duradouras essas situações perpassam as desigualdades de recursos e contribuem para o aumento das desigualdades vitais e existenciais.

A desigualdade atrelada a economia e o mercado de trabalho engloba diversas dimensões e categorias - de gênero, raça, classe. No primeiro aspecto a disparidade de econômica da riqueza nas mãos de poucos perpetuam as relações de dominação e privilégios, no segundo aspecto a disparidade se dá desde a procura de emprego até a execução do trabalho.

Indivíduos pertencentes a grupos marginalizados (pobres, negros) em muitos casos são destinados a execução de trabalho de força, tendo suas habilidades e capacidades desvalorizadas, a desigualdade de gênero também é muito frequente neste âmbito. Segundo o Relatório de Transparência Salarial, as mulheres ganham em média 20,7% menos do que os homens que desempenham as mesmas funções, com base em dados da RAIS de 2023, que analisou 50.692 empresas com 100 ou mais trabalhadores no país (MET, 2023). Já os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do 2º trimestre de 2024, do Ministério do Trabalho e Emprego, apontam que as mulheres negras são as mais prejudicadas no mercado de trabalho. Elas têm o dobro do desemprego dos homens não negros. Segundo a RAIS, no 2º trimestre de 2024, havia 7,5 milhões de desocupados e a taxa de desemprego média é de 6,9%. Para os homens não negros, é de 4,6% e 10,1% para as mulheres negras. (MTE, 2024).

Outros fatores que influenciam a igualdade de oportunidades — ou, ao contrário, contribuem para a reprodução das desigualdades sociais — incluem a presença de discriminação, que pode ocorrer por gênero, raça, idade, orientação sexual, religião, entre outros aspectos. Além disso, práticas como promoções e aumentos salariais baseados em favorecimento familiar, e não em critérios de desempenho, reforçam essas desigualdades. A

diferença de remuneração entre pessoas que exercem a mesma função, especialmente quando relacionada a distinções de gênero, também evidencia a persistência dessas desigualdades.

O Estado e as políticas públicas fazem parte das instituições que podem favorecer o crescimento das igualdades de oportunidades ou promover as desigualdades sociais. O papel do Estado é sem dúvidas muito importante na estruturação da sociedade. O sistema estatal é contribuinte para o desenvolvimento das desigualdades sociais na medida que é omissor e apresenta condições de precariedade e desorganização, não mantém a segurança e autoridade no seu território, possibilitando que minorias tenham controle dos acontecimentos, dominação e privatização dos meios de segurança e exploração da população, desencadeando o desenvolvimento de diversos tipos de desigualdades, a falta de políticas públicas é também um elemento crucial para maximização das desigualdades.

Para tanto, as desigualdades sociais estão relacionadas as diferenças de oportunidades, acesso, recursos e as vantagens e desvantagens que são estabelecidas entre a população e grupos sociais, são constituídas por diversas faces e vetores e englobam muitas categorias sociais. Essa diferença não tem relação com capacidades, talentos e desempenhos individuais, uma vez que muitas pessoas que os possuem não tem oportunidades de acesso e recursos.

2.4 A dinâmica da desigualdade na sociedade brasileira

Existem diferentes razões que causam e contribuem para a desigualdade em uma sociedade. O Brasil figura entre os países com os mais elevados índices de desigualdade do mundo, evidenciando a disparidade estrutural que se manifesta em diversas dimensões: renda, saúde, educação, moradia, acesso aos recursos e oportunidades, gênero, raça, poder entre outras.

Para compreender como a desigualdade se apresenta no Brasil atualmente, é necessário fazer uma revisão histórica da estrutura social e sua dinâmica ao longo do tempo. A desigualdade no Brasil está profundamente atrelada a raízes históricas, desde a sua estruturação social, remontando ao período colonial.

Em 1500, com a chegada dos portugueses ao Brasil, a economia teve sua estrutura baseada na monocultura utilizando os africanos no trabalho escravo. Nesse período, as terras e o poder eram concentrados nas mãos de uma minoria e a maioria da população vivia em situação precária.

A escravidão compôs a base da economia brasileira até sua abolição, em 1888. Porém, a libertação dos negros não foi acompanhada de políticas públicas de inclusão. Como analisa Florestan Fernandes (2008), os negros foram deixados à própria sorte, excluídos do acesso a direitos fundamentais como alimentação, saúde, educação e moradia, o que perpetuou um ciclo histórico de desigualdades sociais.

Em outras palavras, a abolição não provocou mudanças significativas e imediatas na estrutura da sociedade, não teve embasamento em políticas públicas efetivas. Mesmo após a abolição, a estrutura social brasileira manteve os padrões de exclusão da população negra, bem como manteve a hierarquia racial e econômica herdada do cenário escravocrata. Os menos favorecidos permaneceram em situação de desigualdade, as melhorias nas condições de vida da população negra ao longo do tempo decorreram de intensas lutas, movimentos sociais e processos de resistência na busca por direitos e superação das desigualdades.

A República Velha (1889-1930) apresenta fortes marcas de desigualdade social e política. Segundo Celso Furtado (1959), esse período foi marcado pela concentração de poder político e riqueza nas mãos das oligarquias agrárias, especialmente dos proprietários territoriais de Minas Gerais e São Paulo. A política era controlada pelo sistema que ficou conhecida como “política do café com leite”, era uma política excludente e controladora, a qual os analfabetos, ex-escravizados e pobres não possuíam direito ao voto, que era aberto e controlado pelos coronéis, prática também detalhada por Sérgio Buarque de Holanda na obra *Raízes do Brasil* (1995)

O processo de industrialização trouxe novas mudanças na sociedade – surgimento da classe trabalhadora urbana, esse período é marcado também pela implantação de leis trabalhistas e previdenciárias, porém as leis só contemplavam os trabalhadores formais, excluindo os trabalhadores rurais e grande parte da população.

Com o advento da ditadura militar, o Brasil passou por um período que ficou conhecido como “milagre econômico”, esse rápido crescimento econômico intensificou as desigualdades, uma vez que a distribuição de renda não ocorreu de forma equitativa, a repressão política também é um marco desse período.

A promulgação da Constituição de 1988 é um importante marco social, pois representa avanços na garantia de direitos sociais (saúde, educação, entre outros), porém a implementação não ocorreu de forma igualitária em todas as regiões – disparidade regional. Vale ressaltar que, ao longo da história as desigualdades oscilaram em intensidade - ora foram intensificadas ora

foram minimizadas, mas, jamais foram superadas, mantendo-se como elemento estruturante da sociedade até os dias atuais.

No Brasil, a disparidade de renda é uma das quais contribuem de forma significativa para o aumento da desigualdade na sociedade brasileira, se comparado a outros países o Brasil possui um alto e crescente grau de distinção de renda. A desigualdade no campo econômico está profundamente relacionada à concentração de renda, à disparidade no acesso a serviços, à baixa mobilidade, que é resultado do modelo social que privilegia determinados setores em detrimento de outros. A estrutura econômica brasileira revela a disparidade de um sistema que possui uma distribuição de renda desequilibrada, disparidade de oportunidade e de investimentos que se perpetuaram ao longo dos anos e que continuam refletindo na sociedade contemporânea.

Por conta disso, a desigualdade de renda é causada por diversos fatores e interfere de forma significativa no bem-estar social principalmente nas sociedades que buscam e lutam pela equidade. Para mais, esse tipo de desigualdade está diretamente relacionado a questões socioeconômicas a exemplos da mortalidade infantil, pobreza, taxa de poupança da economia, entre outras.

A geração e desenvolvimento da desigualdade de renda brasileira começou a receber um olhar mais profundo a partir da década de sessenta, pós golpe militar, período esse em que foi observado uma ampliação no grau de desigualdade. O aumento da desigualdade que ocorreu nos anos sessenta gerou também estudos sobre esse conceito, vários autores deram suas contribuições por meio de estudos sobre a desigualdade de renda e das diversas faces da disparidade brasileira.

Celso Furtado (2005) analisa a formação da economia brasileira desde o período colonial, compreendendo a economia brasileira organizada para atender aos interesses externos – mercado europeu, tornando-se uma economia dependente. Nas palavras de Furtado (2005) o início da ocupação econômica do território brasileiro é em boa medida uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações europeias.

Na relação de economia dependente – exportação de produtos para Portugal, não existia preocupação de desenvolvimento econômico interno, esse período foi cenário do uso do trabalho escravo e concentração de terras, fatores contribuintes para formação da estrutura econômica desequilibrada e dependente que durou por muitos séculos.

Nessa ótica, o açúcar e o ouro eram os produtos exportados até o declínio na produção do açúcar e o colapso das minas, neste sentido a economia brasileira enfrentou uma nova fase baseada no cultivo do café que impactou a economia brasileira. A expansão cafeeira permitiu acumulação de capital e desenvolvimento na infraestrutura brasileira, porém a estrutura social permaneceu excludente, o país manteve a economia de base agroexportadora e grande disparidade social.

Segundo Furtado (2005), a dependência e a desigualdade permaneceram no processo de industrialização, pois ocorreu a dependência tecnológica em relação aos países desenvolvidos e as regiões não se desenvolveram de forma igualitária, ou seja, o desenvolvimento se concentrou em algumas regiões enquanto outras permaneceram estagnadas.

O autor entende que a economia e o subdesenvolvimento do Brasil são consequências de um modelo estrutural herdado das escolhas históricas e coloniais, que se perpetuaram ao longo do tempo, e que a mudança somente pode ocorrer por meio de políticas públicas eficazes.

Langoni (1973) demonstra, por meio de seu estudo, que a desigualdade de renda no Brasil é influenciada pela dinâmica do mercado de trabalho, sendo resultado da heterogeneidade existente na força de trabalho em aspectos como a idade, sexo, nível educacional, local de residência entre outros fatores socioeconômicos. O autor argumenta que um dos elementos determinantes para essa disparidade de renda é discrepância do nível educacional entre os membros, ele ressalta que as desigualdades educacionais são dadas tanto quanto são criadas pela sociedade. Com base nos censos de 1960 e 1970 Longoni (1973) demonstra que trabalhadores com maior nível de escolaridade tendem a receber salários significativamente mais altos, ampliando as disparidades de renda. Neste, sentido reforça que a desigualdade de renda vinda da formação educacional desigual.

Paulo Freire (1967) , considerado um dos maiores pensadores da educação brasileira, aborda o fenômeno da desigualdade de forma profunda e crítica. Freire consoante com outros autores, também compreende a desigualdade brasileira como um fenômeno estrutural com raízes históricas na colonização, concentração de rendas, escravidão e demonstra através de seus estudos a desigualdade sistemática das classes populares do acesso à educação e a cidadania.

De acordo com Freire (1967), a educação constitui umas das principais ferramentas de transformação social, a falta de acesso de classes populares a educação representa uma forma de opressão que limita o desenvolvimento da consciência crítica dos indivíduos. Para o autor,

é por meio da educação dialógica e crítica que os indivíduos desenvolvem a capacidade de compreender a relação em que vivem e atuar na transformação social. Neste sentido, a educação revela um papel fundamental na superação das desigualdades sociais, promovendo a emancipação dos indivíduos oprimidos e estimula a construção de uma sociedade democrática e justa. Segundo Freire (1967) “Negar a educação ao povo é mantê-lo na marginalidade. É negar-lhe o direito de participar da história como sujeito.”

Barros (1995) utiliza a metáfora de uma corrida para delinear o processo de geração, desenvolvimento e reprodução das desigualdades no Brasil. Essa corrida é composta por duas etapas, nas quais a presença ou ausência dos recursos públicos e/ou privados exerce influência no desempenho dos competidores. Para compreender melhor como a desigualdade se manifesta, é necessário considerar três situações: a ausência de recursos (públicos ou privados) - neste caso a preparação se dará em função de características inatas; a presença de recursos públicos – a preparação dependerá da quantidade de recursos e da capacidade de usá-los; e a presença de recursos privados – o grau de preparação dependerá da quantidade de recursos disponível e a habilidade de fazer uso do recurso para melhoria da preparação.

A corrida tem início na infância e na adolescência, esta fase corresponde a primeira etapa, a qual ocorre a preparação dos indivíduos – uma fase de acumulação de capital humano. Nessa fase, se revela a desigualdade de condições. Na segunda etapa a competição é iniciada de fato, a competição é representada pelo mercado de trabalho, e o prêmio seria o salário e as recompensas econômicas, configurando-se a desigualdade de resultados. Neste sentido, Barros (1995) demonstra como desigualdades iniciais refletem e se intensificam ao longo da vida.

Durante a primeira etapa, cada participante conta com três tipos de recursos para se preparar para a competição: suas habilidades inatas, recursos públicos e recursos privados. Os recursos privados de cada participante são os prêmios (salários) recebidos por seu pai na corrida anterior. Em virtude da heterogeneidade dos participantes cora respeito aos seus recursos, ao final dessa etapa haverá, em geral, alguma desigualdade quanto à preparação para a competição (desigualdade entre indivíduos quanto ao volume de capital humano ao entrarem no mercado de trabalho). A essa desigualdade, denominamos desigualdade de condições e à desigualdade de prêmios ao final da segunda etapa, denominamos desigualdade de resultados. (Barros, 1995, p.473)

Segundo Barros (1995), no caso em que os indivíduos (aqui denominados de competidores) não contam com recursos públicos ou privados, a preparação é realizada a partir de suas particularidades congênitas. Presumindo que o competidor disponha de recursos públicos, o seu resultado irá depender da quantidade e da capacidade de utilizar esses recursos públicos para melhorar a sua preparação, aqui é necessário considerar que embora os recursos

públicos estejam distribuídos de forma igualitária, as capacidades de utilização desses recursos não são iguais para todos os competidores, assim causando à desigualdade de condições. Outro fator a ser considerado é a distribuição desigual desses recursos que pode ocorrer pela discriminação de alguns grupos.

Como argumenta Barros (1995), a existência da disponibilidade e a capacidade de utilizar de recursos privados, que são distribuídos de forma desigual entre os participantes da competição, constitui mais um fator determinante para a desigualdade de condições. No mercado de trabalho o salário é proporcional ao tempo de produtividade, e a competição é considerada justa quando o desempenho é fruto da preparação do indivíduo. Na medida em que os fatores da injustiça ou discriminação interfere no percurso a competição deixa de ser justa e revela desigualdades estruturais.

Segundo Barros (1995) o resultado da geração de desigualdade de renda é composto pelo grau de desenvolvimento de renda e o grau de mobilidade de renda.

A desigualdade de renda é a desigualdade de resultados. O grau de mobilidade determina em que medida os resultados são uma função da origem familiar. Portanto, a mobilidade mede tanto o grau de abertura da sociedade como o grau de injustiça social que deve ser associado ao grau de desigualdade de resultados reinante na sociedade. (Barros, 1995, p.477)

Barros (1995) evidencia que a desigualdade educacional compõe um dos elementos determinantes da desigualdade de renda no Brasil, uma vez que o acesso desigual a educação de qualidade interfere nos níveis de qualificação e força de trabalho, impactando a distribuição de renda. Em resumo, a desigualdade de oportunidades gerada pelo sistema educacional suscita a desigualdade de renda. O mercado de trabalho constitui uma parcela que contribui para a desigualdade, na maior parte amplifica a desigualdade existente no sistema educacional. O resultado dessas disparidades é o Brasil inserido no gráfico de pais com maior índice de desigualdades.

Darcy Ribeiro (1995) em sua obra “ O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil, evidencia os processos históricos, étnicos e culturais que constituíram a formação do Brasil. Segundo o autor, essa sociedade é resultado da fusão entre três principais matrizes: a africana, a indígena e a europeia, sendo a fusão o ponto de partida para análise da formação da identidade brasileira.

A formação do povo brasileiro é marcada pela violência, escravidão e exclusão, desde o período colonial a sociedade foi estruturada de forma desigual com poder político, terras e recursos econômicos concentrados nas mãos de poucos. A elite brasileira, ao longo da história,

não demonstrou interesse por projetos de inclusão, perpetuando a exclusão das classes populares. Para Darcy (1995) a distância social mais espantosa do Brasil é a que separa os pobres dos ricos. Acrescenta-se a esse cenário a discriminação principalmente dos negros, mulatos e índios.

As atuais classes dominantes brasileiras, feitas de filhos e netos dos antigos senhores de escravos, guardam, diante do negro a mesma atitude de desprezo vil. Para seus pais, o negro escravo, o forro, bem como o mulato, eram mera força energética, como um saco de carvão, que desgastado era substituído facilmente por outro que se comprava. Para seus descendentes, o negro livre, o mulato e o branco pobre são também o que há de mais reles, pela preguiça, pela ignorância, pela criminalidade inatas e inelutáveis. Todos eles são tidos consensualmente como culpados de suas próprias desgraças, explicadas como características da raça e não como resultado da escravidão e da opressão. Essa visão deformada é assimilada também pelos mulatos e até pelos negros que conseguem ascender socialmente, os quais se somam ao contingente branco para discriminar o negro-massa. (Darcy, 1995, p.93)

Diante do que foi exposto, é possível compreender que a dinâmica da desigualdade da sociedade brasileira é decorrência de um extenso processo histórico de exclusão, exploração e concentração de poder e renda nas mãos da minoria e que a herança da colonização com o sistema escravocrata e a estrutura latifundiária refletem nas desigualdades econômicas contemporâneas, manifestando-se em várias dimensões – sociais, econômicas, educacionais, raciais. Embora tenham ocorrido avanços pontuais em políticas públicas, o Brasil configura um dos países mais desiguais do mundo. Compreender a desigualdade contemporânea é reconhecer que tais desigualdades não são naturais, são construídas e mantidas por relações de poder enraizadas e estruturadas.

2.5 A concentração de poder e seus impactos sociais

A concentração de poder, seja de natureza política ou econômica, ocasiona impactos sociais significativos, manifestando-se na intensificação da desigualdade de renda, na degradação da democracia e na redução da prática social.

Segundo Silva (2017), no que concerne à desigualdade econômica, a concentração de recursos em alguns grupos sociais acarreta condições precárias para a população mais vulnerável, limitando o acesso a direitos básicos e oportunidades. A concentração política, por sua vez, diminui a participação popular, o debate público, enfraquecendo as práticas democráticas, promove o desinteresse pela vida pública, facilita o desenvolvimento de regimes

autoritários, bem como pode favorecer a corrupção, pois dificulta a fiscalização. Neste sentido, a centralização do poder, enfraquece a equidade social, a qualidade da democracia, constituindo-se como um dos desafios para a construção de sociedades justas, democráticas e inclusivas.

Silva (2017) expõe os impactos sociais causados pela concentração de poder

A questão do poder é a questão central de toda sociedade. A razão é simples. É ela que nos irá dizer quem manda e quem obedece, quem fica com os privilégios e quem é abandonado e excluído. O dinheiro, que é uma mera convenção, só pode exercer seus efeitos porque está ancorado em acordos políticos e jurídicos que refletem o poder relativo de certos estratos sociais. Assim, para se conhecer uma sociedade, é necessário reconstruir os meandros do processo que permite a reprodução do poder social real.

Mills (1976), apresenta os impactos sociais causados pela concentração de poder, por meio da análise do contraste dos privilegiados – a elite - e os demais estratos da sociedade, denominados de “homens comuns”. O primeiro grupo exerce fortes influências sobre a vida cotidiana dos denominados homens e mulheres comuns.

(...) nem todos os homens são comuns, nesse sentido. Sendo os meios de informação e de poder centralizados, alguns deles chegam a ocupar na sociedade americana posições das quais podem olhar, por assim dizer, para baixo, para o mundo do dia-a-dia dos homens e mulheres comuns, suscetível de ser profundamente atingido pelas decisões que tomam. Não são produtos de seus empregos — criam e eliminam empregos para milhares de outros; não estão limitados por simples responsabilidades de família — podem escapar delas. Vivem em hotéis e casas, mas não estão presos a nenhuma comunidade. Não precisam apenas “atender as exigências da hora e do momento”, pois em parte criam essas exigências, e levam outros a atendê-las. Quer exerçam ou não seu poder, a experiência técnica e política que dele têm transcende, de muito, a da massa da população. (Mills, 1976, p.11)

De acordo com Mills (1976) as instituições - religiosas, educacionais e familiares, não constituem centros autônomos de poder nacionais, estão cada vez mais influenciadas pelos três grandes poderes – economia, política e militar – no qual se concentram as tomadas de decisões que impactam a sociedade. Neste sentido, o destino do indivíduo é resultado da família onde nasceu ou ingressa pelo casamento, da empresa onde passa as horas de trabalho, da escola onde passa a infância e adolescência, do Estado que está presente ao longo da vida do indivíduo, da igreja, e também do exército. Nas três grandes esferas do poder, as instituições foram ampliadas, organizadas e centralizadas, esse processo foi proporcionado pelos avanços tecnológicos que possibilitaram a expansão, em contrapartida, moldaram e condicionaram o desenvolvimento.

A interligação do triângulo da elite do poder, revela a crise da moderna sociedade capitalista – conflitos, e declínio das atividades econômicas.

Na cúpula de cada um desses três domínios ampliados e centralizados surgiram as altas rodas que constituem as elites econômica, política e militar. No alto da economia, entre as grandes empresas, estão os principais executivos; no alto da ordem política, os membros dos diretórios políticos; no alto da organização militar, a elite dos soldados-estadistas se com-^oprime em torno dos Estados-Maiores e do escalão superior. À medida que esses domínios coincidem entre si, as decisões passam a ser totais em suas conseqüências, e os líderes desses três domínios do poder — os senhores da guerra, os chefes de empresas e o diretório político — se reúnem para formar a elite do poder da América. (Mills, 1976, p.17)

Vale salientar, que riqueza e poder também são conservados e adquiridos por meios das instituições, bem como compreender que muitas das famílias ricas e milionárias estão interligadas a grandes empresas da sociedade capitalista moderna. No capitalismo atual, a política se configura como elemento central nas oportunidades de enriquecimento. No entanto, a empresa moderna constitui a principal fonte de riqueza.

Desta forma, é importante compreender que a concentração de poder favorece a dominação e intensifica as diferenças socioeconômicas, entre os indivíduos. Esse processo ocorre também no meio empresarial e mercantil, as empresas com maior poderio tendem a dominar os mercados e os consumidores.

A seguir, analisaremos a relação entre as empresas e os impactos sociais decorrente de suas atividades. O crescimento acelerado do capitalismo estimulado pela atuação das grandes empresas, alimenta a busca pelo poder e lucro, resultando na concentração de renda e poder. Esse acúmulo nas mãos das grandes corporações – minoria privilegiada, intensifica as desigualdades e os impactos sociais, ameaçando a democracia, o bom funcionamento da economia e o bem-estar coletivo.

A concentração de poder, acúmulo de riquezas, a criação e recriação das desigualdades, o quadro econômico e social admite diversas análises sociológicas, a exemplo das transformações nas relações sociais produtivas que possibilitaram a desestruturação da classe operária; os comportamentos individualistas; corrupção; controle de mídia entre outros elementos.

O tema das estratégias de produção e reprodução ampliadas das desigualdades diz respeito a questões essenciais como é o caso das populações vulneráveis, das novas discriminações de gênero e raça e, nos casos extremos, do que Alberto Bialakowsky (2007) chama de “populações extinguíveis”. Dizem respeito, também, aos movimentos de resistência e à construção das alternativas políticas e econômicas. (Cattani, 2000 p.550)

Segundo Cattani (2000) os comportamentos, os interesses e as ações sociais e políticas da classe milionária interferem diretamente nas dinâmicas e no desenvolvimento da sociedade. É importante frisar que, diante do surgimento de uma crise econômica, as conseqüências recaem

de forma mais imediata sobre a população mais pobre. Entre os principais efeitos estão: o desemprego, a redução de atividades de pequenos e médios empresários, restrição na qualidade de vida e o crescimento da vulnerabilidade. Os milionários e bilionários também são atingidos pela crise. No entanto, os impactos em suas vidas não possuem a mesma proporção daqueles sofridos pelos assalariados, pequenos empresários e aposentados.

Conforme desenvolvido por Cattani (2008), os indivíduos que concentram grande fortuna são denominados popularmente como ricos, milionários ou bilionários. A sigla contemporânea HNWIs - *Hight Net Worth Individuals* é direcionada para classe dominante específica, corresponde a classe dominante que ultrapassa os limites territoriais nacionais, ou seja, classe de escala internacional. Os padrões de vida dessa classe diferem completamente do padrão dos demais indivíduos. Esta sigla faz referência a classes abastadas que possuem concentração de fortunas asseguradas por circuitos particulares da economia globalizada, a fortuna dessa classe está relacionada a exploração de trabalho, atividades produtivas, extração e/ou apropriação de valor, o desenvolvimento e realização do processo econômico dos indivíduos pertencentes a esta classe está relacionada a economia com bases capitalistas e não engloba indivíduos cuja fortuna advém de atividades criminosas, artísticas, intelectuais e/ou esportivas.

O núcleo decisivo dos super-ricos não é composto por indivíduos cujas fortunas dependeram do trabalho ou do talento. A riqueza está associada essencialmente ao capital. É ele que definirá as posições na estrutura social, o prestígio, o reconhecimento e, sobretudo, as condições e modalidades de exercício do poder (Haseler, 2000 apud Cattani p. 552).

Os indivíduos pertencentes a HWIs não se assemelham a classe social plutocracia, muito menos corresponde ao sentido de elite denominada pela composição de indivíduos superiores. High et Worth Individuals é uma expressão aplicada por instituições financeiras internacionais e não se referem a empresas ou megacorporações, mas, sim, a indivíduos e famílias, portanto as relações sociais e as implicações que a mesma causa na sociedade constituem elementos de análises sociológicas, uma vez que decisões e iniciativas de indivíduos que concentram rendas que ultrapassam a soma de recursos da população de vários países interfere na vida de milhares de trabalhadores.

Três aspectos são as principais características dos indivíduos pertencentes a HWIs, conforme analisado por Cattani (2008): I) desvinculação de dimensões físicas do capital e de amarras nacionais; II) personificação das fortunas; e III) faustoso padrão de vida. O primeiro aspecto diz respeito a independência da fortuna relacionada a um determinado território, os

rendimentos associados ao capital que circula por todos os territórios mundiais; A segunda dimensão é uma das principais características dos HWIs, a personificação diz respeito ao acúmulo e posse de riqueza por uma pessoa, independente das leis de acumulação; O padrão de vida e o consumo faustoso é um elemento notável de distinção entre as classes, é perceptível que as classes concorrentes também se utilizam desse elemento para evidenciar a sua riqueza através do padrão de vida.

É interessante destacar que, na parte mais alta da pirâmide social, que representa a divisão das diferentes classes, encontram-se os denominados HNWIs. Esses indivíduos ocupam o topo da estratificação social - grupos que detêm poder e privilégios. A posição na maioria das vezes, não é questionada, o contrário, em muitos casos a atenção recai sobre a parcela menos favorecida da população. Quando a atenção se volta para os detentores de privilégios, o que se evidencia, na maioria das vezes, é a exaltação da vida luxuosa e não uma crítica das desigualdades. O pensamento dominante, apresenta a riqueza e a apropriação como resultado do mérito, dos comportamentos e do empreendedorismo, reforçando a ideia de que o sucesso econômico é fruto do esforço individual. Esse relato contribui para naturalização das desigualdades sociais. Uma vez que muitos dos que não pertencem ao grupo de privilegiados aceitam e reproduzem essa narrativa. Neste sentido, a ideia de que a riqueza e os privilégios dos ricos são merecidos são consolidadas, desconsiderando as dinâmicas sociais e históricas que perpetuam a concentração de poder.

Deste modo, torna-se fundamental refletir sobre a afirmação: “*Na medida em que os pobres aparecem, os ricos se tornam menos visíveis*”. Essa ideia, discutida por Mills (1969) e Cattani (2008), revela uma dinâmica importante na análise da estratificação social a visibilidade das classes baixas se contrasta com a quase invisibilidade da classe que ocupa o topo. Ao observarmos a pirâmide social, é possível perceber que sua base, formada por uma ampla maioria da população – os menos favorecidos – tende a trair maior atenção. Enquanto o topo, composto por uma minoria – detentores de grande poder e riqueza – na maioria das vezes permanecem “invisíveis”.

A pirâmide revela também a enorme distância social entre ricos e pobres, tanto em renda quanto em relação no acesso a direitos e oportunidades. No tocante aos estudos e pesquisas, é notório o maior número de informações sobre as classes populares. Por outro lado, os grandes proprietários evitam a exposição sobre os seus rendimentos, na grande parte das vezes os dados são sigilosos ao público, tornando evidente apenas a vida luxuosa.

O estudo dos pobres e miseráveis é considerado prioritário em vários campos do conhecimento e para a definição de políticas de Estado. De um modo geral, estudar os que estão na base da pirâmide social é entendido como parte indispensável da estratégia de combate à pobreza, ou para o empoderamento dos sujeitos, visando a reduzir as desigualdades mais gritantes. Esse argumento desdobra-se no seguinte raciocínio: estudar os pobres é se interessar pela causa dos pobres. Por paralelismo, estudar os ricos é se identificar com a causa dos ricos. Ou, também, estudar elites econômicas é ser elitista. (Monique Pincon *apud* Cattani p.558).

Neste sentido, os estudos que abordam às questões sociais enfrentadas pelas classes menos favorecidas são considerados com mais relevância, uma vez que contribuem para identificar os problemas sociais e promover políticas públicas voltadas para redução das desigualdades e promoção da justiça social. Como ressaltam Jessé de Souza (2017) e Cattani (2009), é fundamental também analisar o topo da pirâmide social, compreendendo os mecanismos que possibilitam a concentração de riqueza e a manutenção de privilégios, essenciais para entender a produção e reprodução das desigualdades na sociedade.

Estudar os grupos detentores de poder – político e econômico – possibilita desvendar as estratégias de manutenção de poder, bem como as formas de exclusão e distância social entre as classes. Assim, a análise sobre a estratificação social deve considerar tanto o grupo vulnerável quanto os mecanismos de concentração de poder.

No tocante ao acúmulo de riqueza e as desigualdades sociais, é importante incluir no debate a tributação. Estudos indicam que os detentores de grandes fortunas, em muitos casos, têm uma tributação consideravelmente menor do que a maior parte da população. (Piketty, Cattani, 2008) A ausência de controle mais rigoroso sobre o sistema de tributação permite que os mais ricos utilizem mecanismos para reduzir as obrigações fiscais, assim, contribuindo para a intensificação das desigualdades. Diante das reflexões apresentadas, é possível perceber que o acúmulo de poder representa a intensificação da manutenção das estruturas sociais desiguais, bem como fragiliza as práticas democráticas. A concentração de poder e decisões nas mãos de poucos compromete a equidade social, o exercício da cidadania e o funcionamento das instituições públicas. Neste sentido, torna-se indispensável o debate sobre esse tema, para o fortalecimento da descentralização do poder e promoção da justiça social.

3 LIVROS DIDÁTICOS E O TEMA DAS DESIGUALDADES: ENTRE AUSÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES.

3.1 Diferença entre livro didático e livro paradidático

No âmbito escolar, os materiais impressos e digitais utilizados como recursos apresentam importantes e diversas funções. O livro didático e o paradidático são instrumentos fundamentais no processo de aprendizagem, vale salientar que, embora ambos sejam recursos importantes para o desenvolvimento da aprendizagem, desempenham papéis distintos e complementares na prática pedagógica.

O livro didático é elaborado de acordo com as diretrizes curriculares oficiais e tem como objetivo a organização e sistematização dos conteúdos escolares. O livro didático serve como guia tanto para o professor quanto para o aluno, promovendo a progressão dos conhecimentos de acordo com os objetivos estabelecidos para cada etapa da educação básica. Segundo Bittencourt (1993) a origem do livro didático está vinculada ao poder instituído. A articulação entre a produção didática e o nascimento do sistema educacional estabelecido pelo Estado distingue essa produção cultural dos demais livros, nos quais, há menor nitidez da interferência de agentes externos em sua elaboração. (Bittencourt, 1993,p. 16).

De acordo com Oliveira, Guimarães e Bomeny (1984, apud Engeroff, 2021, p. 95), o livro didático é “todo o material impresso que foi estruturado, destinado ou adaptado para ser utilizado na relação de aprendizagem ou formação”. Essa definição evidencia que o livro didático vai além de um simples texto, configurando-se como um instrumento pedagógico cuidadosamente planejado para apoiar o processo de ensino e aprendizagem. Ele se distingue pela estruturação didática, apresentando conteúdos organizados de forma lógica e sequencial, incluindo objetivos claros, orientações metodológicas e atividades que favorecem a compreensão e a prática do aluno. Além disso, possui finalidade educativa, pois é elaborado de acordo com o currículo, considerando as etapas de desenvolvimento dos estudantes e as competências previstas nas diretrizes educacionais

Para tanto, o livro didático se configura como elemento fundamental no processo educativo, não se restringe a função informativa, atuando também como mediador entre

conhecimento científico e o contexto escolar. Ao reunir e organizar saberes, reflete nas práticas pedagógicas e na formação dos alunos.

Conseqüentemente, o livro paradidático, por sua vez, apresenta uma abordagem mais flexível e complementar ao livro didático. Utilizado para ampliar, aprofundar e contextualizar os conteúdos estudados em sala de aula. Diferente do livro didático, que é baseado nas diretrizes curriculares, o paradidático apresenta maior liberdade linguística e temática, aborda temas transversais podendo dialogar com os aspectos sociais e culturais. Tem o objetivo de incentivar a leitura, muitas vezes através de narrativas literárias, reportagens, entre outras.

3.2 Sociologia e livro didático

Destarte, a educação exerce um papel de grande relevância na formação de indivíduos críticos e de seu papel na sociedade. A sociologia enquanto disciplina, objetiva fomentar a reflexão crítica da realidade social, política e cultural buscando a formação de estudantes conscientes, críticos e reflexivos. Neste contexto, o livro didático é um dos principais instrumentos de mediação entre o conhecimento e a prática pedagógica. Por meio do livro didático os conteúdos são organizados, sistematizados e difundidos na sala de aula, sendo um dos recursos mais utilizados pelos docentes e discentes no processo de ensino-aprendizagem. Na disciplina de sociologia, o livro didático introduz os conceitos e temas essenciais para a compreensão dos fenômenos sociais.

No Brasil, a produção e distribuição de livros didáticos são influenciadas pelas políticas públicas educacionais, principalmente pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), coordenado pelo Ministério da Educação. Este programa tem como principal objetivo fornecer e garantir às escolas públicas o acesso gratuito a materiais didáticos, pedagógicos e literários de qualidade para docentes e discentes da rede pública de ensino.

Art. 2º São objetivos do PNLD:

I - aprimorar o processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas de educação básica, com a conseqüente melhoria da qualidade da educação;

II - garantir o padrão de qualidade do material de apoio à prática educativa utilizado nas escolas públicas de educação básica;

III - democratizar o acesso às fontes de informação e cultura;

IV - fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes;

V - apoiar a atualização, a autonomia e o desenvolvimento profissional do professor;
e

VI - apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular. (Brasil, 2018)

Os objetivos do PNLD, conforme o Art. 2º da lei nº13.005/2018, evidenciam a importância do livro didático para a educação básica, especialmente em Sociologia. Ao aprimorar o ensino e garantir a qualidade do material pedagógico, o programa assegura que os conteúdos de sociologia sejam trabalhados de forma clara, acessível e estruturada. Ao ampliar o acesso à informação, estimular a leitura reflexiva e apoiar a capacitação contínua dos professores, o PNLD contribui para educação inclusiva e consciente. Além disso, ao alinhar os materiais à Base Nacional Comum Curricular, o programa contribui para que a Sociologia seja ensinada de maneira coerente, favorecendo a compreensão crítica da realidade social, política e cultural.

O PNLD estabelece critérios de avaliação, seleção e aprovação dos livros que serão difundidos nas escolas públicas, os critérios são utilizados para garantir a qualidade dos materiais e que estejam alinhados com as diretrizes e com a Base Nacional Comum Curricular.

Art. 3º São diretrizes do PNLD:

I - o respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;

II - o respeito às diversidades sociais, culturais e regionais;

III - o respeito à autonomia pedagógica das instituições de ensino;

IV - o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; e

V - a garantia de isonomia, transparência e publicidade nos processos de aquisição das obras didáticas, pedagógicas e literárias. (BRASIL, 2018)

No que se refere a disciplina de sociologia, o desempenho do PNLD é muito importante, uma vez que a intermitência da disciplina no currículo do ensino médio reflete significativamente na produção e nos materiais editorial específicos. Vale ressaltar que mesmo nos momentos em que a disciplina está ausente da educação básica, permaneceu nos cursos do ensino superior, o que possibilitou a produção de livros direcionados para essa disciplina. Segundo Moraes e Oliveira *apud* Engerroff (2024)

o livro didático de Sociologia aparece como um objeto paradoxal: embora condenada a uma intermitência no currículo ensino médio, a Sociologia nunca deixou de ser ensinada no nível superior, em cursos de Administração de Empresas,

Pedagogia, Jornalismo, Direito, etc, e isso acabou mantendo a produção de livros didáticos, muitos em enésima edição. A grande maioria é destinada, no entanto, ao secundário-colegial, segundo grau, ensino médio, de acordo com a nomenclatura do momento -, embora usados no ensino superior, que em muitas instituições privadas pouco difere do ensino médio. (Moraes e Oliveira *apud* Engeroff, 2024, p. 15)

A produção dos livros didáticos de sociologia no Brasil pode ser compreendida a partir de três distintas gerações. De acordo com Maçaira (2017), os estudos sobre livros didáticos propõe uma leitura histórica da produção dos livros didáticos baseada no conceito de gerações proposto por Karl Mannheim e das ideias teóricas de campos de recontextualização formuladas por Basil Bernstein.

Cada uma das gerações dos livros didáticos representa um estágio do processo de consolidação da Sociologia como disciplina no currículo da educação básica. A primeira geração entre os anos 1920 e 1940 corresponde ao processo de rotinização das Ciências sociais - não existia estrutura própria para o ensino de sociologia; a segunda geração engloba o período do início dos anos 80 aos anos 2000 – período de retomada da disciplina no currículo escolar, a terceira geração corresponde a 2010 vinculada ao PNL D.

O conceito de geração é desenvolvido para compreensão da trajetória e as transformações na produção dos livros didáticos direcionados ao público do ensino médio. Considerando as diferentes experiências históricas e culturais vivenciadas pelas gerações, isto reflete que a produção do livro didático recebe influência das mudanças políticas educacionais, diretrizes curriculares e transformações sociais.

O conceito de geração é bom para pensar as intenções existentes por trás dos conteúdos, das ações e das expressões de determinados grupos. Os livros são obras planejadas e executadas por pessoas de diferentes origens e atuações visando atender e se comunicar com um público específico: a comunidade escolar, em geral, os estudantes, em particular. Essas obras, portanto compõem uma unidade geracional, pois veiculam ideias (no caso analisado, disseminam uma determinada concepção do que é ou deve ser a sociologia escolar (e também formam e conformam um campo. Os conjuntos de livros identificados como uma geração representam semelhanças entre obras da mesma geração e uma ruptura em relação à anterior. (Maçaira, 2017, p.95)

Na interpretação de Maçaira (2017), o conceito de recontextualização pedagógica formulado por Basil Bernstein (1996, 1971) foi desenvolvido para compreender como as áreas de saber se transformam em conhecimentos escolares direcionados para a formação de crianças e jovens para a vida em sociedade. Esse processo engloba lutas, disputas e consensos. Os campos de recontextualização são formados por órgãos governamentais, a exemplo os ministérios da educação que tem a função de desenvolver políticas públicas e regulamentam as

avaliações ao final do ensino médio, além disso definem o lugar que a disciplina ocupa no sistema educativo.

Segundo Meucci (2000) apud Maçaira (2017) durante esse período as obras sociológicas "estavam permeadas por noções de civilidade, civismo e progresso, aspirando a uma cultura erudita e científica. No presente contexto, a geração de livros se caracteriza pela formação plural de seus autores e pelo teor panorâmico das obras, que versavam, grosso modo, sobre a história das ideias sociológicas, apresentando escritores e principais correntes teóricas."

Em seu estudo, Maçaira (2017), destaca que conforme apontado por Soares (2009b), até os anos 1930 os professores e autores brasileiros possuíam uma formação humanística, geralmente adquirida na Europa e fortemente marcada pelo caráter autodidata. Os intelectuais atuavam em diversas frentes, como o magistério e o meio jornalístico.

Em 1942, por meio da Reforma Capanema, a Sociologia foi retirada dos currículos do ensino secundário. Esse fato causou impacto tanto nas turmas dos cursos de ciências sociais que estavam em formação para o magistério quanto na produção e circulação dos materiais didáticos. As publicações de obras sociológicas reduziram expressivamente. A partir desse período e durante algumas décadas seguintes, até 1980, as obras didáticas de sociologia foram reeditadas de obras anteriormente publicadas.

A segunda geração, no início da década 1980, é marcada pela reintrodução gradativa da disciplina nos currículos das escolas de 2º grau, voltada para os jovens, por meio de iniciativas estaduais.

Os livros de Sociologia para o ensino médio publicados entre 1980 e o início dos anos 2000 foram analisados por Machado (1996), Sarandy (2004), Coan (2006) e Takagi (2007). Naquele período, o mercado editorial de didáticos intensificou os processos de padronização e homogeneização próprios das práticas industriais. Os livros didáticos passaram a apresentar mais ilustrações e exercícios, mas ainda tinham como público-alvo, especialmente no caso da Sociologia, tanto estudantes do 2º grau (nova nomenclatura para o ensino secundário, atual ensino médio) quanto aqueles dos primeiros períodos de disciplinas introdutórias do ensino superior. Os livros tinham um tamanho semelhante aos livros não didáticos, na maioria das vezes eram impressos em preto e branco, nem sempre eram acompanhados de um manual do professor; portanto, observam-se indícios de um esforço de didatização do conhecimento sociológico que só irá se complexificar na geração posterior. (Maçaira, 2021, p. 99)

Ao longo desse período, a sociologia não era obrigatória em todo o território nacional, tampouco contava com um campo de recontextualização oficial e pedagógico consolidado. A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) representou um marco importante na sociologia, ao estabelecer que, ao término do ensino médio, o aluno deveria

demonstrar domínio de conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários para o exercício da cidadania (BRASIL, Lei nº 9.694, 1996).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino médio, dedicou um espaço para as Ciências Humanas e suas tecnologias, o qual contemplava conteúdos de sociologia, Antropologia e Política, os PCN não definiram listas específicas de conteúdo, indicaram competências e habilidades a serem desenvolvidas nessa área, o material apresenta também a importância das Ciências sociais e como trabalhar com os estudantes. (Brasil, MEC, 1999). Os Parâmetros Curriculares Nacionais defendem o ensino das ciências sociais

O estudo das Ciências Sociais no Ensino Médio tem como objetivo mais geral introduzir o aluno nas principais questões conceituais e metodológicas das disciplinas de Sociologia, Antropologia e Política. O ponto de partida dessas ciências foi a reflexão sobre as mudanças nas condições sociais, econômicas e políticas advindas desde os séculos XVIII e XIX. Esse contexto de transformação repercutiu, significativamente, no processo de construção das grandes questões que foram tratadas pela Sociologia, pela Antropologia e pela Política, que se desenvolveram no século XIX, tentando impor seu discurso científico. (Brasil, 2002)

A terceira geração é marcada pela inclusão obrigatória da sociologia nos currículos do ensino médio, conforme estabelecido pela Lei nº 11.684 de 2008 que alterou o artigo 36 da LDB, um efeito de grande importância da obrigatoriedade da disciplina foi a inserção de livros dessa disciplina nas avaliações do PND do ensino médio. Esse período marca, a partir de 2010, o início da terceira geração de obras didáticas de sociologia

Essa terceira geração é caracterizada por materiais com forte investimento editorial, maior número de imagens e outros recursos visuais coloridos. Nota-se um esforço maior de didatização no livro do aluno e de elaboração do manual do professor, que se propõe a dialogar com o professor-leitor, sugerindo caminhos e estratégias de utilização do livro na sala de aula (Maçaira, 2017). Do ponto de vista do conteúdo, os livros buscam articular temas, teorias e conceitos das Ciências Sociais, visando apresentar as principais referências das disciplinas Sociologia, Antropologia e Ciência Política – na maioria das vezes, com um evidente predomínio da primeira – e indicam como objetivo o desenvolvimento da imaginação sociológica (Desterro, 2016). Também há uma preponderância da organização temática, sendo os temas presentes na maioria das obras coerentes com aqueles indicados nos currículos estaduais e que compuseram a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com destaque para trabalho, cultura, política e desigualdades sociais (Maçaira, 2021, p. 103)

A análise das três gerações de livros didáticos de sociologia no Brasil demonstra como o livro didático acompanha, reflete e influencia os diversificados momentos históricos e pedagógicos da disciplina na educação básica. O livro didático de sociologia desempenha papel essencial na mediação entre o conhecimento científico e o ensino escolar, contribuindo para a formação crítica dos estudantes, bem como para o fortalecimento da disciplina no currículo.

Nesse contexto, o livro didático constitui-se como recurso pedagógico fundamental no processo de ensino e aprendizagem da Sociologia. Ele contribui para a organização pedagógica do trabalho docente, oferece suporte teórico-metodológico, amplia o conhecimento, apresenta conceitos fundamentais, autores e discussões sociais relevantes. Para além de seu papel informativo, se utilizado de forma reflexiva e contextualizada, o livro didático promove a construção do pensamento crítico-reflexivo, a compreensão da realidade, tornando-se um importante aliado na formação de cidadãos conscientes e participativos.

3.3 O processo de escolha e aprovação dos livros didáticos de Sociologia

O processo de escolha e aprovação dos livros didáticos de Sociologia é realizado através do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), coordenado pelo Ministério da Educação. É um processo longo e complexo, são 24 meses desde o lançamento do edital até a chegada dos livros na escola. Para que o processo ocorra de forma eficaz o PNLD obedece oito passos

Art. 8º O PNLD obedecerá as etapas e os procedimentos seguintes:

I - inscrição;

II - avaliação pedagógica;

III - habilitação;

IV - escolha;

V - negociação;

VI - aquisição;

VII - distribuição; e

VIII - monitoramento e avaliação.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) detalha cada passo do processo de aprovação e escolha dos livros didáticos. O primeiro passo corresponde a audiência pública, a qual a sociedade é convidada a comentar sobre os materiais, e nessa etapa é possível fazer sugestões e tirar dúvidas. Após o esclarecimento das dúvidas o Governo lança o edital do PNLD convidando as editoras que desejam fazer parte do programa. O edital apresenta as regras que as editoras devem cumprir para ingressar no programa. A editora tem um prazo para elaborar os livros de acordo com as especificidades do edital.

Em seguida, ocorre a avaliação dos conteúdos dos livros – segunda etapa do processo. A avaliação é realizada por uma equipe do MEC (professores, mestres e doutores). Após a avaliação, o Governo publica uma portaria com a lista dos materiais aprovados e reprovados.

O MEC verifica a documentação da editora e dos livros aprovados, para garantir a qualidade dos materiais e a adequação dos critérios definidos pelo MEC, esta análise corresponde ao terceiro passo do processo.

O quarto passo constitui uma das principais etapas do processo, após aprovadas, as obras passam a compor o “Guia do PNLD” onde são disponibilizadas as obras que podem ser escolhidas no ciclo. É nessa etapa que os professores escolhem os livros que irão utilizar nos próximos quatro anos. A escolha das obras aprovadas é realizada de forma democrática e transparente, envolvendo a participação dos professores da área e da equipe gestora. É importante frisar que o “Guia PNLD” consiste num documento elaborado pelo MEC que tem a função de orientar professores e gestores na escolha dos livros e materiais didáticos. Ele apresenta a descrição da obra, a análise pedagógica e metrológica, informações sobre os autores, entre outras informações.

Os registros das escolhas são realizados no FNDE, o passo seguinte é a negociação com as editoras e quantificar os livros que cada escola necessita, o número de livros por escola é baseado no histórico dos últimos censos. A negociação leva em consideração o preço do papel, direitos autorais, custos de distribuição, entre outros aspectos. Com o fim da negociação, o contrato é firmado pelo FNDE. O quinto e o sexto passos referem-se respectivamente, à aquisição dos livros pelo FNDE e distribuição dos materiais nas escolas públicas de todo o país.

A etapa final consiste no monitoramento e avaliação contínua do programa, que ocorre ao longo de todo o processo. Essa etapa envolve o acompanhamento da produção, distribuição e a utilização dos materiais nas redes de ensino participantes, Todo o processo é realizado pelo FNDE com objetivo de promover melhorias nos próximos ciclos.

3.4 Panorama das obras adotadas pelo PNLD no ensino médio

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) desempenha um papel fundamental na seleção e distribuição de obras didáticas para as escolas públicas de educação básica. No que se refere ao Ensino Médio, as obras de Sociologia passaram a ganhar maior destaque a partir da consolidação da disciplina como parte obrigatória do currículo escolar, conforme a Lei nº 11.684/2008 e o Decreto nº 9.099/2017. As coleções aprovadas pelo PNLD são avaliadas por comissões técnicas formadas por especialistas, com base em critérios estabelecidos por editais públicos, que consideram aspectos pedagógicos, metodológicos e gráficos.

A inclusão da Sociologia no Programa Nacional do Livro e do Material Didático, representa um marco importante para consolidação da disciplina no currículo do ensino médio. Após a inserção no PNLD em 2012, as obras didáticas de sociologia passaram a ser selecionadas de acordo com os critérios definidos pelo Ministério da Educação, visando garantir materiais pedagógicos que promovam o pensamento crítico dos alunos.

Art. 10. A avaliação pedagógica dos materiais didáticos no âmbito do PNLD será coordenada pelo Ministério da Educação com base nos seguintes critérios, quando aplicáveis, sem prejuízo de outros que venham a ser previstos em edital:

- I - o respeito à legislação, às diretrizes e às normas gerais da educação;
- II - a observância aos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;
- III - a coerência e a adequação da abordagem teórico-metodológica;
- IV - a correção e a atualização de conceitos, informações e procedimentos;
- V - a adequação e a pertinência das orientações prestadas ao professor;
- VI - a observância às regras ortográficas e gramaticais da língua na qual a obra tenha sido escrita;
- VII - a adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico; e
- VIII - a qualidade do texto e a adequação temática. (BRASIL, 2018).

No ciclo do PNLD 2012 foram aprovadas apenas duas obras: *Sociologia para o Ensino Médio* (Saraiva) e *Tempos Modernos, tempos de Sociologia* (Editora Brasil). Em 2015, ocorreu uma significativa ampliação no número de obras aprovadas, seis obras foram aprovadas nesse ciclo, as duas obras de 2012 foram reavaliadas e permaneceram entre as obras aprovadas, houve a inserção de quatro novas obras: *Sociologia* (Scipione); *Sociologia em Movimento* (Moderna); *Sociologia Hoje* (Saraiva /Ática); *Sociologia para jovens do século XXI*. No PNLD 2018, ocorreu um novo processo de avaliação, nesse ciclo cinco das seis obras foram reprovadas, a obra *Sociologia para o Ensino Médio* de Nelson Dácio Tomazi ficou fora desse ciclo.

Quadro 2 – Obras de sociologia adotadas pelo PNLD no Ensino Médio.

Título da obra	Principais autores	Ano (PNLD)	Editora
Sociologia para o Ensino Médio	Nelson Dácio Tomazi	2012	Saraiva
Tempos Modernos, tempos de sociologia	Helena Bomeny & Biana Freire-Medeiros	2012	Editora do Brasil
Sociologia	Silvia Maria de Araújo; Maria Aparecida Bridi & Benilde Lenzi Motim	2015	Scipione
Sociologia Hoje	Igor José de Benó Machado; Henrique Amorim & Celso Rocha de Barros	2015	Saraiva /Ática
Sociologia em Movimento	Afrânio Silva (19 autores)	2015	Moderna
Sociologia para Jovens do século XXI	Luiz Fernandes de Oliveira & Ricardo Cesar Rocha da Costa	2015	Novo Milênio

Fonte: Elaboração própria com base em FNDE. *Guia do PNLD*. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico>

Até a etapa do PNLD 2018, os livros didáticos do ensino médio, eram organizados e avaliados por disciplina específica. Com a chegada do Novo Ensino Médio e a implementação da BNCC, o modelo do PNLD passou por uma reformulação. A partir do PNLD 2021, os livros didáticos deixaram de ser por disciplina específica e passam a ser organizados por áreas de conhecimentos. A disciplina sociologia passou a integrar a área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas nas coleções de obras didáticas junto com História, Geografia e Filosofia. No ciclo de 2021, foram aprovadas quatorze coleções na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Quadro 3 – Coleção de obras adotadas pelo PNLD no Ensino Médio.

Coleção	Editora
----------------	----------------

Conexões	Moderna
Identidade em Ação	Moderna
Diálogo	Moderna
Moderna Plus	Moderna
Contexto e Ação	Scipione
Ser Protagonista	SM
Palavras de Ciências Humanas e Sociais	Palavras
Ciências Humanas	Multiversos
Humanistas	Saraiva
Conexão Mundo	Editora do Brasil
InterAÇÃO Humanas	Editora do Brasil
Ciências Humanas	Prismas
Diálogo em Ciências Humanas	Ática
Indivíduo, Natureza e Sociedade	AJS

Fonte: Elaboração própria com base em FNDE. *Guia do PNL D*. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico>

3.5 Estudo de casos a partir dos livros didáticos selecionados: o tratamento da desigualdade, enfoque, ausências e aprofundamento

Este estudo de caso tem como objetivo analisar de que maneira o tema da desigualdade é abordado nos livros didáticos de Sociologia utilizados no Ensino Médio das escolas situadas na região do Cariri Paraibano, abrangendo as cidades de Serra Branca, São José dos Cordeiros, Congo, São João do Cariri, Coxixola e Sumé. As obras analisadas são Moderna Plus – Ciências Humanas e Sociais aplicadas (Moderna), Sociologia em Movimento (Moderna) e Sociologia (*Scipione*).

A desigualdade, enquanto fenômeno social histórico e estrutural, está presente frequentemente nas discussões sociológicas e nos conteúdos curriculares. A abordagem desse tema pode variar conforme o material didático, apresentando diferentes perspectivas teóricas, níveis de aprofundamento e contextos. Neste sentido, busca-se compreender, não apenas o conteúdo presente no livro, mas também a maneira como é apresentado aos estudantes,

analisando a contextualização com a realidade, se o tema é tratado de forma crítica e reflexiva, se contribui para a formação de uma consciência cidadã.

Obra didática: Moderna Plus – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Moderna)

Quatro das escolas participantes deste estudo de caso utilizam a coleção - *Moderna Plus – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, publicada pela editora Moderna. Segundo a descrição apresentada no Guia do PNLD (2021)

A obra é constituída por seis volumes do Livro do Estudante (LE), Manual do Professor (MP) e Material Digital do Professor (MDP). Apresenta uma organização fixa de seis capítulos e uma atividade integradora. O volume 1 trata da transformação da natureza pelo ser humano; o volume 2 analisa a relação entre globalização e os conceitos de emancipação e cidadania; o volume 3 discute trabalho, ciência e tecnologia; o volume 4 trata das transformações na democracia; o volume 5 analisa as conexões entre sociedade, política e produção da cultura; o volume 6 trabalha o problema dos conflitos internacionais e desigualdades. Essas questões são trabalhadas com foco no desenvolvimento de competências e habilidades propostas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O MP reproduz o LE, com observações pontuais e apresenta as orientações para o professor no início de cada volume em duas seções: Pressupostos teórico-metodológicos e Orientações específicas. Na primeira seção, há um panorama geral das mudanças ocorridas no Ensino Médio e suas bases teóricas e legais. Na segunda seção, as instruções para cada capítulo combinam problematização teórica e indicações de referências com as questões práticas e respostas para cada exercício. A obra atende a legislação educacional, assim como observa os princípios éticos e democráticos necessários à construção da cidadania, ao respeito à diversidade e ao convívio social republicano. O MDP é composto por seis vídeos tutoriais e permite a compreensão da estrutura da obra e de suas principais questões. O LE, MP e MDP dialogam entre si e cooperam no desenvolvimento de um processo pedagógico pensado para a realidade de cada escola.

A análise será centrada no volume 6, intitulado *Conflitos internacionais e desigualdades*. Esse volume é composto por seis capítulos: Capítulo 1- O mundo em conflito: a transição do século XIX para o século XX; Capítulo 2 - Totalitarismos e Segunda Guerra Mundial; Capítulo 3 - A Organização das Nações Unidas e os indicadores sociais; Capítulo 4 - Conflitos regionais na ordem global; Capítulo 5 - Violência e direitos humanos; Capítulo 6 - Desigualdade racial, racismo e políticas afirmativas na cidade contemporânea. O volume 6, trata de uma diversidade de temas relevantes, este estudo terá como foco específico o capítulo 6 “*Desigualdade racial, racismo e políticas afirmativas na cidade contemporânea.*”

O capítulo inicia-se com uma breve apresentação dos conteúdos que serão discutidos ao longo do texto, contextualizando o leitor e introduzindo os principais conceitos que norteiam a abordagem sobre desigualdade racial e racismo.

A desigualdade racial e o racismo são dois temas fundamentais para compreendermos a sociedade em que vivemos e seus conflitos. O espaço urbano, lugar onde esses conflitos se tornam mais evidentes, explicita a segregação social de milhões de pessoas em razão da origem étnico-racial. Assim, este capítulo promove a discussão de diferentes aspectos da temática racial, tendo como foco a sociedade brasileira e a necessidade de buscarmos, enquanto cidadãos, soluções para os problemas gerados pela desigualdade racial e pelo racismo no cotidiano. (MODERNA PLUS, 2021, p. 220)

Ainda, observamos que consta a construção histórica do racismo no Brasil, com a definição dos conceitos raça e racismo e o processo de colonização, passando pela influência do darwinismo social, pela formulação da teoria da democracia racial e pela desconstrução do mito da democracia racial. Analisa o racismo na atualidade fazendo a contextualização com o processo histórico e dados estatísticos recentes e traz evidências sobre sua persistência nas estruturas sociais.

Um ponto importante abordado é a definição e discussão sobre etnia e a valorização da diversidade. O texto enfatiza a importância do reconhecimento das diferentes culturas que compõem o Brasil, defendendo o multiculturalismo e a interculturalidade como promotores de inclusão.

Ao longo do capítulo há um espaço dedicado às ações afirmativas, principalmente as cotas em universidades e concursos públicos, destacando também a importância das cotas para mulheres nos partidos políticos. As políticas públicas são apresentadas como mecanismos de correção das desigualdades históricas e promotoras de igualdade de oportunidades, destacando que as ações são formas de justiça social, não de privilégios.

Ainda, o texto enfatiza ainda, as questões raciais e a organização dos espaços urbanos, destacando que o racismo se manifesta tanto nas relações interpessoais quanto na formação estrutural das cidades, gerando desigualdade no acesso à moradia, aos serviços públicos e direitos básicos. Neste sentido, a cidade é apresentada como objeto de estudo, conforme apresentada no livro “A cidade é resultado das relações e estruturas sociais construídas nos grandes aglomerados urbanos. Esses espaços, em que as interações sociais são bastante complexas, se tornam centrais para a compreensão das sociedades contemporâneas.” (Moderna plus, 2021, p.136).

A violência urbana, os conflitos e segregação racial, também compõem as discussões nessa seção, sob a perspectiva de que a violência e a segregação racial não se restringem apenas aos comportamentos desviantes, mas é também uma violência do Estado e das classes dominantes contra os grupos menos favorecidos.

Ao longo do capítulo, são apresentadas imagens relacionadas ao tema abordado. Além disso, o texto propõe diversas formas de aprofundamento por meio de seções “Para ler”, “Para assistir”, “Para navegar”, “Análise de imagens”, “Análise de dados”, “Para jogar” e “Trocando ideias”, oferecendo ao estudante a possibilidade de ampliar seus conhecimentos, tornando o ensino dinâmico e significativo. O capítulo sugere os seguintes materiais para aprofundamento do tema.

Quadro 4 – Materiais de aprofundamento sobre o tema das desigualdades.

<p>O racismo explicado aos meus filhos Nei Lopes. Rio de Janeiro: Agir, 2007</p>	<p>Composta de diálogos entre dois adolescentes e seus pais, o livro discute o racismo no Brasil e nos Estados Unidos, a escravidão, o apartheid e as políticas de cotas, entre outros temas.</p>
<p>Ponciá Vicêncio Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.</p>	<p>Esse romance narra a trajetória de Ponciá Vicêncio, uma mulher negra que migra do interior do Brasil, onde vivia em uma comunidade de escravizados, para um centro urbano, no qual começa a trabalhar como empregada doméstica. A partir das vivências da protagonista, a história mostra as dificuldades que mulheres negras sofrem historicamente, como a violência doméstica e o subemprego.</p>
<p>Cotas raciais: por que sim? Cristina Lopes (org.). Rio de Janeiro: Ibase/Observatório da Cidadania, 2008</p>	<p>Cartilha elaborada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) em conjunto com o Observatório da Cidadania sobre ações afirmativas e sistema de cotas. Oferece, em linguagem clara, a resposta para dúvidas a respeito da questão racial no Brasil e no mundo, ao mesmo tempo que justifica a implementação das políticas públicas de ação afirmativa.</p>
<p>Índios no poder Direção: Rodrigo Arajeju. Brasil, 2015. 21 min.</p>	<p>O documentário perpassa a história de diferentes lideranças políticas indígenas que buscaram</p>

	participar das estruturas formais de poder do Estado brasileiro.
Geledés – Instituto da Mulher Negra	Organização da sociedade civil fundada em defesa da cidadania e dos direitos humanos. No portal, há informações sobre ações e iniciativas relacionadas às políticas públicas focalizadas em questões raciais e de gênero, direitos humanos, educação e saúde, nos âmbitos municipal, estadual e federal.
Sim City Build It Disponível em: < https://www.ea.com/pt-br/games/simcity/simcity-buildit .	Neste jogo, cada participante assume o papel de urbanista e prefeito responsável por criar e administrar uma verdadeira metrópole. Para fazer a cidade crescer e manter seus cidadãos felizes, é preciso tomar as decisões corretas para solucionar problemas concretos das grandes cidades, como trânsito e poluição. Disponível nas principais plataformas de distribuição de aplicativos para celular.

Fonte: Elaboração própria com base em MODERNA. *Moderna Plus – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*. São Paulo: Editora Moderna, 2021.

Contudo, o capítulo se encerra com exercícios que incentivam a escrita crítica e reflexiva dos alunos e incluem questões do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A seção “MovimentAÇÃO” propõe atividades práticas e coletivas que promovem a participação ativa dos alunos, visando desenvolver a autonomia, proporcionando que os estudantes se apropriem de métodos de pesquisas e realizem seminários.

Também, trata de questões de grande relevância relacionadas às desigualdades raciais, porém o material apresenta algumas lacunas significativas. Embora apresente o debate histórico acerca do racismo, preconceito, movimentos sociais e políticas públicas voltadas para justiça social, o material não faz grande menção aos protagonistas e escritores negros que foram essenciais nas lutas ao longo do tempo. Outra ausência ao longo do capítulo é a relação das desigualdades raciais com os outros tipos de desigualdade.

Obra didática: Sociologia em Movimento (Moderna)

A obra *Sociologia em Movimento* é constituída por seis unidades temáticas, cada uma delas composta por dois ou três capítulos, totalizando quinze capítulos ao longo do volume. Cada unidade apresenta temas e conteúdos relevantes e articulados com o objetivo de promover uma aprendizagem significativa, contextualizada e crítica. As seções são organizadas do seguinte modo: Unidade 1 - Sociedade e conhecimento: a realidade social como objeto de estudo; Unidade 2 - Cultura e sociedade: cultura, poder e diversidade nas relações cotidianas; Unidade 3 - Relações de poder e movimentos sociais: a luta pelos direitos na sociedade contemporânea; Unidade 4 - Mundo do trabalho e desigualdade social; Unidade 5 - Globalização e sociedade do século XXI: dilemas e perspectivas; Unidade 6 - A vida nas cidades do século XXI – questões centrais de uma sociedade em construção.

Neste estudo, o foco recairá sobre a *Unidade 4 – Mundo do trabalho e desigualdade social*. Essa unidade é composta por dois capítulos que abordam temas centrais para a compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas. O Capítulo 9 – *Trabalho e sociedade* e o Capítulo 10 – *Estratificação e desigualdades sociais*.

A quarta unidade intitula-se “Mundo do trabalho e desigualdade social” e compreende dois capítulos. A proposta principal é apresentar as transformações do mundo do trabalho e associá-las à dinâmica da produção capitalista, avaliando a magnitude das mudanças e os impactos para trabalhadores e trabalhadoras. Além dos autores clássicos da Sociologia que são mobilizados para discutir o tema, análises mais recentes sobre a reestruturação produtiva e as formas flexíveis de trabalho são indicadas. A unidade também contempla o debate a respeito da estrutura e estratificação social, focando as interpretações sobre a pobreza e o cenário de mudanças e persistências dos dados e índices socioeconômicos no Brasil. (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2017).

A unidade apresenta-se com ilustrações significativas e contextualizadas com o tema abordado. As representações visuais despertam o interesse dos estudantes, favorecendo sua aproximação com os conteúdos propostos e possibilitam a abertura de diversas perspectivas para o debate ao longo do estudo. As ilustrações desempenham um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, atuando como mediadoras do conhecimento. Elas complementam o texto escrito e funcionam como recursos facilitadores na compreensão dos conteúdos, contribuindo para o desenvolvimento da consciência crítica e da capacidade de interpretação por parte dos estudantes.

Figura 1 – Mundo do trabalho e desigualdade social.



Fonte: Sociologia em Movimento (2018, p. 213).

O Capítulo 9 apresenta os objetivos de aprendizagem, indicando que, ao final do estudo, os alunos serão capazes de: Entender que o mundo do trabalho é constituído de fenômenos mutáveis, suscetíveis à interferência de diferentes atores políticos e sociais e; Associar as transformações do mundo do trabalho às modificações que ocorrem na dinâmica da produção capitalista; Avaliar a importância das transformações no mundo do trabalho e seus impactos nos trabalhadores, nos sentidos do trabalho e na organização social.

Conforme apresentado pelo Guia PNLD (2017), cada capítulo traz no seu início a seção “Primeiras Palavras”, a qual apresenta aos estudantes e professores o conteúdo que será abordado no capítulo através de uma explanação histórica. A seção apresenta também uma linha do tempo para destacar as diversas situações históricas sobre o tema abordado.

A seção “Primeiras Palavras” do capítulo introduz o tema do trabalho a partir de uma notícia real de desemprego, bem como apresenta dados de desemprego segundo o IBGE, com o objetivo de incentivar o interesse dos alunos, assim como, contextualizar o conteúdo à realidade social. Apresenta o trabalho como um fenômeno social que está em constante transformação, destacando que os fatores históricos, políticos e econômicos influenciam significativamente essas transformações. A introdução do tema apresentado nessa seção

estimula o pensamento crítico e prepara o aluno para compreender as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e seus reflexos na vida dos trabalhadores e na sociedade. As transformações ocorridas ao longo do tempo são apresentadas na linha do tempo em ordem cronologia de 1801 a 2015.

O trabalho é um dos temas centrais da Sociologia, e o texto discute esse conceito a partir das contribuições dos três pensadores clássicos: Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim. Na perspectiva de Marx, o trabalho está diretamente relacionado à história da exploração do homem pelo homem. O autor desenvolve conceitos fundamentais, como o de mais-valia, para explicar como as relações de trabalho no sistema capitalista contribuem para a manutenção das desigualdades sociais.

Segundo as contribuições de Max Weber apresentadas no texto, destaca-se a valorização da ética do trabalho e a compreensão do capitalismo sob uma perspectiva cultural, e não apenas econômica. O autor associa o trabalho a valores religiosos, especialmente da ética protestante, apontando como a dedicação ao trabalho era vista como um sinal de salvação espiritual e aprovação divina.

Émile Durkheim compreende o trabalho como um fator essencial para a coesão social, sendo responsável pela construção da solidariedade entre os indivíduos. O capítulo apresenta os dois tipos de solidariedade desenvolvidos pelo autor: a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica.

É importante frisar que trabalhar os pensadores clássicos da Sociologia no Ensino Médio, é fundamental para proporcionar aos estudantes uma abordagem crítica e profunda das estruturas sociais que moldam a realidade. A discussão do conceito trabalho na perspectiva de diversos autores, permite ao estudante acessar diversas interpretações sobre o conceito de desigualdade, trabalho, cultura, entre outros.

Ao longo do texto, são trabalhadas as experiências de racionalização do trabalho e suas consequências sociais e econômicas. Conceitos como taylorismo e fordismo são apresentados como formas de organização do trabalho voltadas para a eficiência, o controle e o aumento da produtividade nas sociedades industriais. O texto aborda também o toyotismo, no contexto do trabalho nas sociedades contemporâneas, destacando a flexibilização, a redução de estoques. É destacado a importância do sindicalismo na luta dos trabalhadores contra a exploração e melhorias nas condições de trabalho.

O capítulo também aborda o cenário atual do mundo do trabalho, destacando os avanços e retrocessos, bem como, questões como a terceirização, o uso da tecnologia e os fatores que transformam as formas de trabalho, trazendo tanto novas oportunidades quanto desafios, a exemplo a precarização dos empregos e a redução de direitos trabalhistas.

Ao final, com uma seção de atividades que inclui questões de pesquisa, reflexão e exercícios baseados no Enem. Essa proposta permite aos alunos revisar o conteúdo estudado, desenvolver a escrita e estimular a consciência crítica sobre os temas discutidos, promovendo uma aprendizagem mais ativa e significativa.

O tema do trabalho é apresentado e desenvolvido no capítulo de forma clara e fundamentada, a partir das contribuições dos pensadores clássicos da sociologia: Marx, Weber e Durkheim. A linguagem acessível e as ilustrações, facilitam a compreensão dos conceitos abordados ao longo do texto. O texto propõe articulação entre a teoria e a realidade social a partir de dados, possibilitando a compreensão do trabalho como fenômeno histórico, social e cultural. Ao apresentar a linha do tempo e as transformações ocorridas, o texto incentiva uma reflexão sobre as desigualdades e transformações no mundo do trabalho.

Ao apresentar esses conceitos de fordismo, taylorismo e toyotismo e a importância do sindicalismo, o texto ajuda o estudante a entender como o trabalho e as relações foram mudando ao longo do tempo e de que forma essas mudanças afetaram os direitos dos trabalhadores e a maneira como eles se organizam para defender esses direitos. Tratar sobre os avanços e retrocessos do mundo do trabalho, é essencial para compreensão do cenário atual, possibilitando a compreensão que o mundo do trabalho está em constante transformação. A reflexão sobre o conteúdo abordado prepara o estudante para atuar como cidadão informado e comprometido com a justiça social.

O capítulo oferece uma boa compreensão das transformações no mundo do trabalho, abordando desde os modelos de produção industrial até as mudanças trazidas pela tecnologia e pela flexibilização. No entanto, falta uma discussão mais aprofundada sobre as questões de gênero e raça no mercado de trabalho, temas fundamentais para compreender as desigualdades contemporâneas.

O capítulo 10 intitulado “*Estratificação e desigualdades sociais*” apresenta dois objetivos principais a serem alcançados ao final do estudo. O primeiro é compreender as características fundamentais das diversas formas de estratificação e desigualdades sociais e o segundo é avaliar a dinâmica das mudanças e permanências da desigualdade social no Brasil.

Assim como o capítulo 9, o capítulo 10 também inicia com imagem que possibilita várias leituras e discussões acerca do que será trabalhado no capítulo, traz também uma questão motivadora “*Qual é o impacto da desigualdade social na trajetória da juventude brasileira?* ” Essa questão incentiva a reflexão sobre as diferentes formas pelas quais as desigualdades afetam as oportunidades, acesso e expectativa de vida dos jovens no Brasil.

A seção “Primeiras palavras” apresenta uma narrativa fictícia de duas crianças – João e José, que nasceram no mesmo dia e na mesma cidade, no entanto possuem condições de vida diferentes. João filho de mãe doméstica e pai operário fabril que perdeu o emprego e José filho de médica e empresário. Essa seção apresenta várias indagações provocativas como “*Será que João e José têm expectativas iguais para o futuro? Caso elas sejam iguais, as possibilidades de elas se concretizarem são semelhantes?* ”, tais indagações possibilitam debates sobre a igualdade de oportunidades. Ao comparar as duas realidades o texto convida o estudante a refletir sobre os impactos da origem, da classe, da renda familiar na construção e perspectiva de vida.

De forma introdutória, o capítulo define desigualdade social, destacando que existem diversas formas de desigualdade – econômica, de gênero, racial, digital, por isso nas Ciências Sociais o termo é usado no plural *desigualdades sociais*, destaca também que as desigualdades não se apresentam de forma isolada, na maioria das vezes se relacionam entre si e se reforçam mutuamente.

O texto apresenta três elementos centrais para estudar a desigualdade: *a estrutura, a estratificação e a mobilidade social*, discorre sobre cada deles e apresenta como esses elementos refletem na sociedade e nos fenômenos sociais. No que diz respeito a estratificação social, o material didático deixa claro que as desigualdades produzidas por ela não são naturais, estão interligadas ao processo histórico e social e influenciam as ações e relações na vida em sociedade, apresenta e define três modelos de estratificação: as castas, os estamentos e as classes. Na classe é apresentado os dois modelos de mobilidade social vertical e horizontal, bem como as abordagens concebidas por Karl Marx e Max Weber sobre as classes sociais. A visão marxista é apresentada com foco na luta de classes, na oposição entre burguesia e proletariado e na exploração do trabalho. Já a perspectiva weberiana é explorada a partir dos conceitos de classe, status e partido, oferecendo uma leitura ampla das desigualdades sociais.

O capítulo introduz também a temática das desigualdades sociais no Brasil, evidenciando diferentes interpretações sobre a pobreza e suas permanências e transformações

ao longo do tempo. A obra apresenta e discute as concepções naturalistas da pobreza, bem como a análise sociológica que compreende a desigualdade como resultado de processos históricos, políticos e estruturais. Também são exploradas as desigualdades de gênero e de raça, evidenciando como esses marcadores sociais agravam a exclusão em diferentes esferas da vida social. O texto problematiza a concentração de riqueza, as disparidades no acesso a bens e serviços, e questões como violência sofrida pelos negros, principalmente mulheres negras – violência doméstica.

O capítulo propõe ainda uma leitura reflexiva acerca da *Igualdade de oportunidade X desigualdade de condições – um longo caminho a percorrer*, evidenciando que a desigualdade socioeconômica brasileira está interligada à desigualdade de oportunidade e de condições. Ao final do capítulo, são apresentados textos complementares que possibilitam uma abordagem interdisciplinar, especialmente com áreas como Química, Geografia e Música. Além disso, são propostas atividades em grupo que estimulam os estudantes a realizarem pesquisas, relacionando os conteúdos estudados com a realidade. Essas estratégias pedagógicas contribuem para o desenvolvimento do pensamento crítico e para a aplicação prática dos conceitos sociológicos discutidos ao longo do capítulo.

A discussão sobre desigualdade apresentada ao longo do capítulo constitui uma contribuição de grande relevância para a compreensão das desigualdades sociais, tanto no Brasil quanto em contextos mais amplos. A articulação dos conceitos sociológicos com dados estatísticos possibilita a análise crítica da realidade, embasando as discussões sobre pobreza, desigualdade de renda, gênero, raça e violência e superando explicações superficiais. A presença de imagens, gráficos e infográficos ao longo do capítulo torna a leitura mais acessível e interessante, bem como favorece a visualização de períodos marcantes ao longo do tempo. O capítulo apresenta ainda sugestões de leitura e de filmes que possibilitam e incentivam o estudante a ampliar o conhecimento sobre o conteúdo estudado. As atividades propostas ao final do capítulo, voltadas para a pesquisa e o trabalho em grupo, ajudam a relacionar teoria e prática, promovendo a participação ativa do aluno.

Embora o capítulo ofereça uma análise ampla das desigualdades sociais, é possível a ausência de uma discussão das políticas públicas na redução dessas desigualdades. Apesar de abordar categorias como raça, gênero e classe, o texto não explora com profundidade a interseccionalidade dessas dimensões, mostrando como esses fatores intensificam a exclusão e marginalização. Outro ponto pouco trabalhado é a desigualdade educacional, que representa

um dos principais mecanismos de reprodução das desigualdades sociais, uma vez que o acesso desigual à educação de qualidade limita as oportunidades de mobilidade social para grupos historicamente desfavorecidos.

Obra didática: Sociologia (Scipione)

A obra *Sociologia* dos aurores Silvia Maria de Araújo, Maria Aparecida Bridi e Benilde Lenzi Motim da Editora Scipione é constituída por 12 capítulos temáticos organizados da seguinte forma:

Capítulo 1 - As Ciências Sociais nasceram com a modernidade.

Capítulo 2 - Viver em sociedade: desafios e perspectivas das Ciências Sociais.

Capítulo 3 - A família no mundo de hoje.

Capítulo 4 - O sentido do trabalho.

Capítulo 5 - Tecnologia, trabalho e mudanças sociais.

Capítulo 6 - A cultura e as suas raízes.

Capítulo 7 - Sociedade e religião.

Capítulo 8 - Cidadania, política e Estado.

Capítulo 9 - Movimentos sociais.

Capítulo 10 - Educação, escola e transformação social.

Capítulo 11 - Juventude: uma invenção da sociedade.

Capítulo 12 - O ambiente como questão global.

O Guia do PNLD apresenta a seguinte descrição da obra

O Livro do Estudante possui 392 páginas e se inicia com uma apresentação, destinada ao estudante, que mostra a natureza do conhecimento sociológico e a proposta do livro. O jovem é convidado a cultivar a “imaginação sociológica” e o gosto pelas Ciências Sociais.

Os conteúdos estão divididos em 12 capítulos, cada um deles correspondendo a um grande tema das Ciências Sociais. Em cada capítulo há seções e subseções que tratam de temáticas específicas e conceitos relacionados ao tema central do capítulo, intercaladas por boxes que trazem as seguintes propostas: “Pausa para refletir” (textos, imagens e charges seguidos de atividades variadas); “Pesquisa” (propõe atividades de pesquisa relacionadas à temática do capítulo); “Debate” (traz textos, letras de música, poemas etc. seguidos de atividade que levam o jovem a refletir e tomar posição sobre

aspectos da realidade social ligados aos temas trabalhados no capítulo); “Encontro com cientistas sociais” (trechos de textos de cientistas sociais clássicos ou contemporâneos, seguidos de atividades diversas); “Intelectuais leem o mundo social” (apresenta textos breves com a opinião de algum intelectual sobre temas específicos, seguidos de atividades); “Diálogos interdisciplinares” (propostas de atividades que buscam dialogar com outras disciplinas do Ensino Médio); “Revisar e sistematizar” (seção com questões que exploram o conteúdo do capítulo); “Conceitos-chave” (relação dos conceitos trabalhados no capítulo).

Destaca-se, ainda, um glossário que aparece ao longo das páginas de cada capítulo, em que são definidos conceitos e palavras considerados de difícil compreensão para os jovens. Ao final de cada capítulo existem duas seções distintas que visam a complementar a aprendizagem dos conteúdos apresentados: “Descubra mais” (com sugestões de livros, filmes e sites) e “Teste seus conhecimentos e habilidades” (questões objetivas estilo Enem). A bibliografia aparece distribuída ao final de cada um dos capítulos. Ao final, o livro traz uma seção intitulada “Questões do Enem e dos vestibulares” e um Índice remissivo. (FNDE, 2018)

Neste estudo, o foco recairá sobre o segundo e o quarto capítulos da obra, intitulados, respectivamente, *Viver em sociedade: desafios e perspectivas das Ciências Sociais* e *O sentido do trabalho*. O segundo capítulo começa com uma visão geral do conteúdo que será abordado ao longo do estudo, evidenciando que os fenômenos os como os das desigualdades são sociais e não “naturais” e como os mecanismos de dominação social são desvendados pelas Ciências Sociais. O capítulo aborda conceitos fundamentais da sociologia, começando pela análise das transformações na sociedade e das relações entre os indivíduos e a sociedade, destacando que as relações entre indivíduos e entre grupos não ocorre em plano de igualdade, mas a partir de posições sociais hierarquizadas – relações de poder, destacando também que a vida em sociedade são realidades históricas, cheias de significados e que a sociedade atual é baseada em princípios históricos e reproduzem a estrutura social.

O texto apresenta as primeiras inquietações dos cientistas sociais, evidenciando o contexto histórico e social que motivou o desenvolvimento das Ciências Sociais, destacando a consolidação do capitalismo e as mudanças sociais no século XVIII. As inquietações dos cientistas sociais giravam em torno de compreender as profundas mudanças na estrutura da sociedade.

O capítulo apresenta de forma clara e acessível, a ideia de que a desigualdade não é natural, mas sim construída socialmente. A obra Sociologia, mostra que as Ciências Sociais têm o papel de questionar essa visão naturalista das diferenças sociais, evidenciando que elas são resultadas de processos históricos, decisões políticas e relações de poder. Ao afirmar que ninguém nasce destinado à exclusão ou pobreza, o texto contribui para a compreensão crítica

da realidade, possibilitando ao estudante a percepção de que a desigualdade pode ser combatida ou amenizada por meio de uma sociedade mais justa.

O capítulo também apresenta de forma didática o contexto histórico que deu origem à Sociologia clássica no século XIX, destacando os principais problemas sociais enfrentados na Europa naquele período, como as migrações em massa, o desemprego, a marginalização de grupos e a alta mortalidade populacional. Buscou-se compreender as transformações provocadas pelas revoluções, as teorias desenvolvidas no período são fortemente marcadas pela vivência e formação europeia. A obra enfatiza que os pensamentos iniciais têm base em uma visão centrada nos valores europeus – eurocentrismo. Ao enfatizar esse marco inicial do pensamento sociológico, centrado nas experiências europeias do século XIX, a obra possibilita que os estudantes compreendam que, ao longo do tempo, houve o desenvolvimento de outras visões sociológicas, mais amplas e contextualizadas.

Na seção *O tema das desigualdades na sociedade contemporânea*, a desigualdade é apresentada como importante tema de discussões das Ciências sociais, enfatizando que as diferenças sociais vão além do que é considerado diferenças biológicas pelo senso comum – idade, gênero, conformação física e origem étnica, destacando que a religião, cultura e a profissão também estabelecem distinção entre os indivíduos, e que essas distinções constituem as diferenças sociais, originadas das relações entre os indivíduos e grupos, despertando o sentimento de pertença dos indivíduos a um agrupo gerando a identidade.

O texto apresenta o conceito de desigualdade de forma clara e acessível, ressaltando que ela se manifesta de maneira diversa e complexa, presente tanto nos grandes centros urbanos quanto nas pequenas cidades. Destacando que as diferenças aparecem nos tipos de moradia em distintos bairros, nos meios de transporte utilizados pela população, nas estruturas físicas das escolas e na qualidade do ensino. Além disso, as disparidades no tipo de trabalho, na remuneração e no acesso ao consumo reforçam essas desigualdades, evidenciando que elas se expressam em diferentes níveis e contrastes em todas as dimensões da vida social. As desigualdades, portanto, vão além da posse de bens e da dimensão meramente econômica e jurídica, envolvendo outras esferas da vida social, o que amplia a compreensão sobre sua complexidade. Essa abordagem contribui para que os estudantes compreendam a abrangência e a complexidade das desigualdades na sociedade contemporânea.

O capítulo apresenta, de forma didática, um conjunto de conceitos fundamentais para a compreensão das desigualdades sociais, como mobilidade social, estratificação, exclusão e

estamentos. São analisadas também as formas como Marx e Weber conceituaram as classes sociais, cada um com fundamentos distintos. Em Marx, a ênfase recai sobre a estrutura da sociedade capitalista, marcada pela exploração do trabalho. Já Weber amplia essa análise ao considerar não apenas a posição econômica, mas também o status, a riqueza e o poder político. Além dos clássicos da sociologia, o capítulo apresenta contribuições de dois importantes sociólogos contemporâneos: o estadunidense Erik Olin Wright e o francês Pierre Bourdieu, que acrescenta os conceitos de capital cultural, simbólico e social ao debate. Ao apresentar essas diferentes abordagens, o texto possibilita uma visão ampla e crítica sobre a origem e reprodução das desigualdades nas sociedades modernas.

Ainda, há uma seção destinada à discussão sobre desigualdade social e dominação, a qual define a dominação social e evidencia como a discriminação é reproduzida e intensificada no cotidiano, nas instituições de ensino, no mercado de trabalho, nos anúncios publicitários entre outros. A seção também apresenta a definição de elite e amplia a discussão sobre desigualdade ao afirmar que ela não se limita às diferenças de classe. Para além da desigualdade de classes, a sociedade é desigual na forma como se estabelecem as relações étnico-raciais, as relações de gênero e outras relações simbólicas. Essa abordagem contribui para uma compreensão mais abrangente do fenômeno da desigualdade, ao evidenciar que ele se manifesta em múltiplas dimensões da vida social e está relacionado tanto a fatores materiais quanto a aspectos culturais.

O capítulo aborda uma discussão sobre a globalização, destacando seus impactos nas dinâmicas sociais e o papel das Ciências Sociais na compreensão do conteúdo abordado. O capítulo se encerra com as seções *Diálogos Interdisciplinares*, que promove discussão entre a Sociologia e outras disciplinas, permitindo ao estudante revisar e sistematizar os conteúdos abordados. A seção *Revisar e sistematizar*, inclui questões abertas, que incentivam a reflexão, a seção *Teste seus conhecimentos*, por sua vez apresenta questões objetivas, que possibilitam a verificação do aprendizado. Além disso, a subseção *Descubra Mais* traz importantes sugestões para ampliar o conhecimento sobre o conteúdo estudado através de livros, documentários e sites.

Como também, a abordagem expõe contribuições importantes para a compreensão das desigualdades sociais, utilizando uma linguagem clara e acessível, charges, músicas e trechos de cientistas sociais, o que favorece o aprendizado dos estudantes do Ensino Médio. Destacam-se a abordagem crítica das desigualdades, a inclusão de conceitos fundamentais da Sociologia

clássica e contemporânea, e a articulação com temas atuais, como a globalização. A proposta de abordagem interdisciplinar é significativa para o processo de ensino e aprendizagem. O capítulo cumpre seu papel introdutório e formativo. No entanto, nota-se a ausência de exemplos mais específicos do contexto brasileiro, o que poderia aproximar ainda mais o conteúdo da realidade dos alunos e como as dimensões das desigualdades se relacionam e se reforçam mutuamente.

O capítulo 4 intitulado *O sentido do trabalho*, tem início com uma charge do desenhista russo Polygraphus, que ironiza a colocação profissional por parte dos empregados. A imagem serve como ponto de partida para provocar uma reflexão crítica e introduzir o que será desenvolvido ao longo do capítulo. O uso da charge estimula uma discussão prévia da compreensão do aluno com relação ao significado do trabalho na sociedade e os desafios enfrentado pelos indivíduos. No início do capítulo é apresentado também o que os alunos irão estudar no desenvolvimento do capítulo

Estudaremos nesse capítulo as relações dos trabalhadores com seu trabalho, o sentido do trabalho na modernidade e os seus diferentes significados e características conforme o tempo e as organizações sociais. Na sociedade capitalista, os processos de racionalização tiveram como consequência o aumento da produtividade, do controle e da subordinação do trabalhador ao processo produtivo. apresentaremos um panorama sobre as ocupações, as situações de desemprego e as mudanças observadas que levaram alguns estudiosos a duvidar da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea. o capítulo mostra que variáveis como gênero e raça produzem diferenciações no mercado de trabalho. a desigualdade se faz presente na medida em que determinados grupos sociais encontram maiores dificuldades em serem contratados, não são amparados pelas leis trabalhistas ou não recebem os mesmos salários e oportunidades que outros grupos. (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2018, p. 107)

Para iniciar a discussão sobre *O trabalhador e o mundo atual*, o capítulo apresenta um trecho da letra da música “Capitão de Indústria”, composta por Marcos Valle e Paulo Sérgio Valle e interpretada pela banda Os Paralamas do Sucesso, presente no álbum *9 Luas* (EMI, 1996). A letra serve como ponto de partida para uma reflexão sobre as tensões e desafios enfrentados pelos trabalhadores na contemporaneidade. Em seguida, é proposta uma discussão sobre os temas abordados na música, que retrata aspectos do cotidiano como a sobrecarga e a pressão do mundo do trabalho. Aprofundando a reflexão, o capítulo traz uma tirinha do cartunista André Dahmer que ilustra o conflito entre as obrigações do trabalho e as outras esferas da vida do indivíduo. Os recursos apresentados — a música e a tirinha — possibilitam

uma reflexão sobre os desafios enfrentados pelo trabalhador na busca pelo equilíbrio entre trabalho, descanso, convívio e lazer.

A partir dessa reflexão sobre os desafios enfrentados pelo trabalhador em equilibrar a vida pessoal e profissional, é introduzido o conceito de trabalho alienado, fundamentado na teoria da alienação de Karl Marx.

O sentido do trabalho é apresentado a partir da etimologia da palavra – trabalho – que está relacionada ao instrumento de suplício com três estacas, evidenciando que o instrumento foi utilizado na agricultura e posteriormente com fins de tortura, uma vez que o trabalho esteve relacionado ao longo da história ao esforço físico e cansaço. Destaca que atualmente o trabalho se tornou necessário para a obtenção de remuneração ou salário para assegurar a sobrevivência.

Essa apresentação sobre trabalho e o cotidiano do trabalhador serve como introdução para uma discussão mais ampla sobre as transformações do trabalho ao longo da história. O capítulo apresenta uma visão abrangente que vai desde o uso da mão de obra escravizada em sociedades antigas até as complexas formas de trabalho na sociedade contemporânea. Ao longo do texto, são abordados conceitos fundamentais para a compreensão crítica do tema, como o conceito de *mais-valia* e a crítica ao capitalismo desenvolvidas por Karl Marx, bem como sua análise da relação entre trabalho, capital e exploração. Também é discutida a contribuição de Max Weber, no que se refere à *ética protestante* destacando como valores culturais e religiosos influenciaram o desenvolvimento do sistema capitalista moderno. Além disso, o capítulo apresenta a perspectiva do antropólogo francês Pierre Clastres, autor da obra *A Sociedade contra o Estado*, ao discutir sociedades indígenas que organizam o trabalho de forma coletiva e não hierárquica.

Em seguida, o capítulo aborda as mudanças ocorridas no mundo do trabalho no século XX, englobando a organização do trabalho, as relações laborais, as inovações tecnológicas, o ambiente de trabalho, as organizações dos trabalhadores, entre outros. Neste contexto, os autores propõem uma reflexão crítica, por meio de perguntas provocativas que incentivam o estudante participar do debate sobre o papel do trabalho na sociedade contemporânea. “Qual é o sentido do trabalho? Será que o trabalho sempre teve o estatuto que tem hoje: o de ser um passaporte para a cidadania? Quais mudanças levaram o trabalho a essa condição?” (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2018, p. 116)

Parte da obra trata os conceitos de *trabalho*, *emprego* e *desemprego*, estabelecendo distinções importantes para a compreensão da realidade social contemporânea. O texto

apresenta também as contribuições do sociólogo francês Robert Castel, que destaca os efeitos das transformações no mundo do trabalho, como o desemprego, a precarização, a fragmentação da classe trabalhadora e o comportamento individualista, evidenciando que esses fatores deixam parte da população mundial, sem perspectiva de inclusão social, sem o direito de participar de determinadas instituições ou instâncias da sociedade, como sistema educacional, saúde, e direitos básicos. Ao apresentar essa ideia o texto reforça a compreensão que o trabalho contribui para aprofundar as desigualdades sociais. Para além de apontar os fatores que aprofundam as desigualdades sociais, o texto aborda meios de promover a inclusão e atenuar as desigualdades - políticas públicas de habitação, educação e trabalho.

O texto evidencia que a desigualdade no âmbito do trabalho é intensificada à medida que se ampliam os postos de trabalhos precários, sem estabilidade e com menos garantia para o trabalhador e que instabilidade salarial tem causado questões sociais preocupantes nas últimas décadas. Destaca ainda, que a exclusão do mercado de trabalho impacta diretamente outras dimensões da vida social, a exemplo da participação política e o acesso a cidadania.

O capítulo também dedica uma seção à reflexão sobre a relação entre as mulheres e o trabalho, evidenciando que ao longo da história, o papel social atribuído às mulheres sempre foi distinto daquele reservado aos homens.

Nesse contexto, o texto apresenta a contribuição da socióloga Cláudia Mazzei Nogueira, que traça um panorama dos trabalhos desempenhados pelas mulheres ao longo da história desde a antiguidade até o século XX. A análise é apresentada de forma sintetizada em um quadro explicativo com a época e a descrição das atividades desempenhadas pelas mulheres, que permite visualizar as mudanças e permanências nas funções femininas no decorrer do tempo. O quadro explicativo permite observar que o trabalho das mulheres foi historicamente desvalorizado.

O texto apresenta evidências de que a inserção das mulheres no mercado de trabalho foi impulsionada por fatores históricos, sociais e econômicos. Embora a mulher pobre sempre tenha trabalhado, sua inserção nas atividades formais cresceu significativamente em momentos de crises e guerras para suprir a escassez da mão de obra. Além disso, os movimentos feministas e o planejamento familiar contribuíram para fortalecer a autonomia e a participação da mulher no mundo do trabalho.

O texto destaca ainda que as mulheres representam mais da metade da população brasileira, mas continuam enfrentando desigualdades significativas no mercado de trabalho.

Apesar disso, a desigualdade salarial persiste, as mulheres ainda recebem salários inferiores aos dos homens, mesmo quando possuem escolaridade igual ou superior. Ao enfatizar essa informação com base nos dados do censo, o texto possibilita o debate sobre a necessidade de políticas públicas que promovam a equidade de gênero no mundo do trabalho e reconheçam a importância econômica e social do trabalho feminino.

A obra ressalta também que, além de desvantagem na remuneração, as mulheres geralmente enfrentam o problema da dupla (ou tripla) jornada, pois trabalham fora, trabalham em casa e muitas vezes frequentam cursos para melhorar a carreira e remuneração. Além disso, o texto destaca que as mulheres são frequentemente associadas a estereótipos relacionados a atividades consideradas “tipicamente” femininas, e que ocupam cargos mais baixos em profissões que são, em geral, valorizadas social e economicamente. Essa informação apresenta grande relevância para compreensão da desigualdade de gênero perpetuada ao longo da história.

O material apresenta uma seção dedicada às desigualdades étnico-raciais no mercado de trabalho. Essa parte se inicia com observações e questões críticas que incentivam o estudante a refletir sobre a realidade social e a reconhecer essas desigualdades na sociedade em que está inserido.

Você já percebeu que em algumas profissões predominam mulheres e que certas atividades costumam ficar a cargo dos homens? Muitos trabalhadores e trabalhadoras às vezes encontram dificuldades em exercer suas ocupações, seja pela falta de qualificação, seja por sofrerem discriminação. Observe como em determinados nichos do mercado de trabalho os afrodescendentes são os profissionais menos valorizados e mais mal remunerados. Faltam também oportunidades, acessibilidade e condições de trabalho para os indivíduos com algum tipo de deficiência. O que produz essa participação desigual dos segmentos sociais no mercado de trabalho? (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2018, p. 127)

Essas questões são essenciais para tornar os estudantes conhecedores das desigualdades estruturais presentes no mercado de trabalho, promovendo uma compreensão crítica das barreiras enfrentadas por grupos étnico-raciais. Além disso, incentivam a reflexão sobre a necessidade de políticas e práticas que busquem a inclusão e a equidade social, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a justiça social.

O texto apresenta uma reflexão preponderante acerca da desigualdade social, apontando que a desigualdade social não ocorre somente entre empregados e desempregados, trabalhadores efetivos e trabalhadores temporários, patrões e empregados, outras desigualdades historicamente construídas, envolvem a diversidade de gênero e etnias. É evidenciado também que a escravização de africanos e seus descendentes e a dificuldade de integração social e econômica impostas após a abolição, construíram uma herança de desigualdades no país e que

a cor da pele ainda é usada para restringir acesso de alguns profissionais no mercado de trabalho. As políticas públicas, a exemplo das cotas são apresentadas como meio de amenizar a desigualdade, no entanto, ocorre ausência de aprofundamento do cenário histórico e das grandes lutas dos negros até a conquista de políticas públicas.

O capítulo tem encerramento com as seções de conexão entre disciplinas, questões discursivas e objetivas para testar os conhecimentos e sugestões de livros, filmes e sites para aprofundar o conteúdo.

No geral, o capítulo aborda de forma pertinente e acessível o tema do trabalho, apresentando reflexões importantes sobre seu significado histórico e social, além de destacar as desigualdades de gênero e raça presentes no mercado. A linguagem utilizada é clara e adequada, o que facilita a compreensão dos conceitos e provoca o pensamento crítico por meio de questões provocativas, os recursos como os dados, gráficos, músicas, imagens, charges e tirinhas, enriquecem o debate e permitem a visualização do conteúdo trabalhado. No entanto, nota-se a ausência de uma discussão mais ampla sobre os grupos socialmente marginalizados e as políticas públicas.

As obras didáticas aqui analisadas contribuem de forma introdutória e relevante para a discussão das desigualdades sociais, oferecendo aos estudantes instrumentos teóricos para compreenderem a realidade em que estão inseridos e desenvolverem uma postura crítica diante das injustiças que permeiam a sociedade brasileira. No entanto, observa-se que essa abordagem, embora significativa, poderia ser mais aprofundada, especialmente no que se refere à representatividade da população negra, à discussão sobre políticas públicas de enfrentamento às desigualdades, à problematização das relações de poder e privilégio e a inter-relação entre as dimensões da desigualdade. Esses elementos são fundamentais para uma compreensão mais abrangente e crítica da desigualdade social, e contribuiria para o desenvolvimento e fortalecimento da reflexão crítica.

Quadro 5 – Análise comparativa da abordagem da desigualdade em obras didáticas de Sociologia no Ensino Médio do Cariri Paraibano.

Aspectos	Moderna Plus – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Sociologia em Movimento (Moderna)	Sociologia (Scipione)
----------	---	---	--------------------------

Volume/capítulo analisado	Capítulo 6 do Volume 6: Desigualdade racial, racismo e políticas afirmativas na cidade contemporânea	Unidade 4: Mundo do trabalho e desigualdade social (Capítulos 9 e 10)	Capítulos 2 e 4: Viver em sociedade; O sentido do trabalho
Abordagem da desigualdade	Desigualdade racial no espaço urbano; racismo histórico e contemporâneo; políticas afirmativas	Desigualdade no trabalho; estratificação social; mobilidade social; renda; condições de vida	Desigualdade social; relações de poder; desigualdade histórica; gênero e raça; trabalho e exclusão social
Categorias da desigualdade	Racial, étnica, urbana	Econômica, de classe, gênero, racial	Classe, gênero, raça, educação, trabalho, acesso a direitos
Contextualização histórica	Histórico do racismo no Brasil, colonização, darwinismo social, teoria da democracia racial	Transformações do trabalho ao longo da história, taylorismo, fordismo, toyotismo, sindicalismo	História da Sociologia, capitalismo, transformações sociais, escravidão, trajetória histórica das mulheres e negros
Recursos pedagógicos	Textos, imagens, vídeos, sugestões de leitura e documentários, atividades práticas (ENEM)	Textos, ilustrações, gráficos, linha do tempo, atividades reflexivas, questões estilo ENEM	Textos, imagens, charges, músicas, seções de debate, atividades interdisciplinares, sugestões de aprofundamento
Lacunas/ limitações	Falta aprofundamento em protagonistas negros e outras dimensões da desigualdade; pouca interconexão com desigualdades econômicas e de gênero.	Pouca discussão sobre gênero e raça; ausência de aprofundamento em políticas públicas; desigualdade educacional pouco abordada	Pouca discussão sobre políticas públicas e grupos marginalizados; necessidade de mais exemplos do contexto brasileiro
Ponto forte	Apresenta definição e discussão sobre etnia e a valorização da diversidade Contextualiza historicamente o racismo; apresenta políticas	Aborda transformações do mundo do trabalho; apresenta autores clássicos (Marx, Weber, Durkheim);	Apresenta desigualdade como fenômeno social construído; combina teoria clássica e contemporânea;

	públicas; conecta cidade e desigualdade racial	promove reflexão crítica. apresenta ilustrações significativas e contextualizadas com o tema abordado.	promove análise crítica da sociedade
--	--	--	--------------------------------------

Fonte: Elaboração própria.

4 PROPOSTAS DIDÁTICAS PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA COM FOCO NO TEMA DAS DESIGUALDADES.

4.1 Estratégias de leitura crítica de livros didáticos com estudantes tendo como foco o tema das desigualdades

O livro didático representa um dos principais instrumentos de apoio pedagógico no ensino de Sociologia. O livro didático é produzido a partir de escolhas editoriais, intencionalidades, recortes teóricos, que refletem concepções pedagógicas e visões de mundo dos autores e do mercado editorial.

Promover a leitura crítica, constitui-se como uma prática pedagógica importante para o ensino de Sociologia, especialmente quando se trata da temática das desigualdades, a qual é complexa e exige um olhar amplo. A leitura crítica possibilita que o estudante se torne sujeito ativo na construção do conhecimento, tornando-o capaz de identificar as ausências nas discussões e nas representações da temática. Para além da compreensão das definições, a partir da leitura crítica o estudante passa a questionar como as desigualdades são apresentadas, os exemplos citados, entre outras.

De acordo com Paulo Freire (1989), na obra *A importância do ato de ler*, a leitura da palavra deve estar articulada à leitura do mundo. Compreender o texto escrito é também interpretar a realidade em que se está inserido. Nesse sentido, o livro didático pode ser utilizado como um ponto de partida para diálogo entre a teoria e vivências dos estudantes.

No que se refere a desigualdade, o exercício da leitura crítica torna-se muito importante. A forma como os livros apresentam as desigualdades e suas dimensões pode interferir e/ou influenciar a forma como o estudante visualiza as desigualdades na realidade social. Quando o foco se concentra apenas em uma dimensão e desconsidera os fatores históricos e culturais que estruturam a desigualdade, corre-se o risco de apresentar ao estudante uma concepção incompleta da realidade social. Neste sentido, a leitura crítica constitui uma ferramenta fundamental, pois possibilita que o aluno perceba a desigualdade como um fenômeno complexo e multidimensional, que envolve os aspectos econômicos, sociais, culturais, entre outros. Desse modo, a leitura crítica favorece o desenvolvimento do pensamento crítico, estimula a reflexão sobre as diferentes formas de desigualdade e como essas desigualdades influenciam na

realidade social. Para tanto, diferentes caminhos podem ser adotados em sala de aula a fim de favorecer o exercício da leitura crítica.

Quadro 6 – Estratégias pedagógicas para o ensino de desigualdades sociais

Estratégia	Descrição e objetivos
Rodas de leitura e discussão coletiva	Leitura de trechos de textos em grupos, seguida de debates mediados pelo professor. Estimula os alunos a identificar desigualdades presentes e ausentes nos textos, relacionando-as com a vivência cotidiana.
Diário de leitura	Registro de percepções, críticas e dúvidas durante a leitura, contextualizando o conteúdo com experiências pessoais e notícias do dia a dia.
Reescrita de trechos	Produção de versões próprias de partes do texto/livro, expressando a compreensão e percepção das representações e ausências observadas.
Mapeamento da realidade	Realização de entrevistas na comunidade sobre desigualdades em serviços, transporte e trabalho. Comparação entre a realidade local e o que é apresentado nos livros didáticos.
Debate simulado	Divisão dos alunos em grupos que representam diferentes concepções de desigualdade (estrutural vs. individual), defendendo seus pontos de vista com base nas leituras e discussões em aula.
Comparação de materiais	Análise de semelhanças e divergências entre textos ou livros didáticos sobre desigualdade, estimulando a leitura crítica.
Análise de imagens	Interpretação de fotografias, gráficos e infográficos, avaliando se reforçam ou rompem estereótipos sociais; perguntas orientadoras: <i>Como os grupos são representados? Há diversidade racial e de gênero?</i>
Análise de dados estatísticos	Estudo de gráficos e tabelas sobre desigualdade (ex.: diferença salarial), verificando se os dados confirmam as explicações teóricas e debatendo a relação com a realidade social.

Fonte: Elaboração própria.

Tais estratégias, para além de desenvolverem as competências analíticas, possibilitam a construção e desenvolvimento da consciência crítica e questionadora diante do que é apresentado. Nesse sentido, a sociologia realiza seu papel de estimular a reflexão crítica e proporciona meios de compreender e interpretar as estruturas sociais. Ao adotar a leitura crítica, o professor não tem sua função restrita a transmissor de conteúdo, atua como mediador na construção do conhecimento. Nesse sentido, a sala de aula torna-se um espaço de reflexão, onde o conhecimento é construído e desenvolvido de forma dialógica, crítica e emancipadora.

O desenvolvimento de estratégias de leitura crítica voltadas à temática da desigualdade possibilita ao estudante compreender que as diferenças entre os indivíduos não são naturais ou inevitáveis, mas sim construções históricas e sociais.

4.2 Construção de sequências didáticas com base na temática da desigualdade

4.2.1 Sequência didática

Quadro 7 – Habilidades da BNCC e Objetivos de Aprendizagem em Sociologia

Habilidade (BNCC)	Objetivo de Aprendizagem
EM13CHS103	Diferenciar senso comum e conhecimento científico, identificando suas implicações na vida cotidiana.
EM13CHS502	Reconhecer como as estruturas sociais criam e perpetuam desigualdades de classe, gênero, raça e outras.
EM13CHS502	Compreender a concepção de classes sociais segundo Marx, analisando as relações de produção e a oposição entre burguesia (classe dominante) e proletariado (classe trabalhadora).
EM13CHS501	Compreender a concepção de classes sociais segundo Weber, considerando os critérios de classe econômica, status e poder na análise das relações sociais.

Fonte: Elaboração própria com base em BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio – Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

Tema: Desigualdade social

Objetivos:

- Compreender o conceito de desigualdade a partir da perspectiva sociológica.
- Analisar as causas históricas, econômicas e políticas da desigualdade.
- Refletir sobre os impactos da desigualdade nas diferentes camadas da sociedade.
- Estimular o desenvolvimento do pensamento crítico e cidadania.

Conteúdos:

- Conceitos sociológicos: desigualdade, estratificação social, classes sociais, mobilidade social.
- Perspectivas teóricas: Marx, Weber e Bourdieu.
- Dimensões da desigualdade: racial, gênero, econômica.

- Políticas públicas e alternativas para reduzir a desigualdade.

Metodologia

Para o desenvolvimento das atividades, serão utilizadas diferentes estratégias que favorecem a participação ativa e a construção crítica do conhecimento. A aula será organizada de forma expositiva e dialogada, permitindo ao professor apresentar conceitos e estimular a reflexão dos estudantes. Além disso, como complemento serão exibidos vídeos e documentários que contextualizem o tema, possibilitando a análise de situações reais e diferentes perspectivas. A leitura e interpretação de textos serão trabalhadas de forma orientada, com atividades que promovam a compreensão e problematização dos conteúdos. Debates e atividades em grupo serão incentivados, criando espaços para troca de ideias e construção coletiva do conhecimento. Por fim, a produção de textos individuais ou coletivos permitirá que os estudantes expressem suas reflexões e consolidem o aprendizado de forma crítica e criativa.

Avaliação: A avaliação ocorrerá de forma contínua e formativa, observando a compreensão dos conceitos, a análise crítica, o trabalho em grupo, a participação nos debates, a produção de textos e apresentação de seminários.

Aula 1: Introdução ao tema – Desigualdade

Objetivo: Compreender o conceito de desigualdade social.

Desenvolvimento

Iniciar a aula com perguntas provocativas, questionando os estudantes sobre o que entendem por desigualdade e onde percebem diferenças entre as pessoas no cotidiano (escola, trabalho, acesso a serviço, entre outros). Nesse primeiro momento ocorre a valorização do conhecimento prévio dos alunos e visa despertar a curiosidade e estimular a reflexão sobre o tema introduzido.

Registrar as respostas no quadro e promover uma conversa orientada sobre como as desigualdades se manifestam em diferentes contextos na sociedade. Após uma breve discussão coletiva acerca do que foi apresentado pelos alunos, o professor irá introduzir o conceito de desigualdade, evidenciando que a desigualdade se trata de diferenças estruturais entre os indivíduos e grupos, que são produzidas social e historicamente, enfatizando que não se trata de diferenças naturais.

Para contextualizar e complementar a compreensão do conceito, utilizar notícias, imagens e/ou relatos para ilustrar os diferentes tipos de desigualdade, estimulando o estudante a identificar e relacionar os exemplos na realidade.

Atividade: Para o conteúdo trabalhado, o professor pode propor que os alunos escrevam situações de desigualdade que observam na realidade, assim estimulando o desenvolvimento da percepção crítica. Em seguida, para encerrar a aula, essas percepções podem ser levadas para o debate coletivo, reforçando que a desigualdade é um fenômeno complexo e multifacetado.

Aulas 2 e 3: A desigualdade no olhar da sociologia

Objetivo: Apresentar as teorias sociológicas de Karl Marx, Max Weber e Pierre Bourdieu sobre a desigualdade, possibilitando ao estudante compreender diferentes perspectivas.

Desenvolvimento

O professor inicia a segunda aula retomando com os estudantes as principais ideias discutidas no encontro anterior. Relembra o conceito de desigualdade social, destacando que se trata de diferenças estruturais entre indivíduos e grupos, construídas ao longo da história, e não de algo natural. Em seguida, revisa alguns exemplos mencionados pelos alunos na aula passada, como desigualdades percebidas no cotidiano.

Em seguida, o professor convida a turma a pensar: *“Já que identificamos que a desigualdade se manifesta em vários contextos, como a Sociologia pode explicar sua permanência e os mecanismos que a mantêm ao longo da história?”*

Essa questão introduz a possibilidade de apresentar aos estudantes as contribuições de três importantes pensadores da Sociologia — Karl Marx, Max Weber e Pierre Bourdieu —, que apresentam diferentes interpretações acerca das causas, da permanência e das diferentes formas de desigualdade social.

Após ouvir as concepções dos alunos sobre a indagação inicial, o professor apresenta, com o apoio de slides, três importantes teóricos da Sociologia e suas contribuições para o entendimento da desigualdade:

Karl Marx → desigualdade ligada à divisão da sociedade em classes sociais, aos meios de produção e à exploração do trabalho.

Max Weber → desigualdade explicada pela estratificação social, que envolve classe, status (prestígio) e poder.

Pierre Bourdieu → desigualdade associada às diferentes formas de capital: econômico, cultural, social e simbólico.

Ao longo da explicação, o professor convida os alunos a relacionarem os conceitos apresentados com situações do cotidiano, estimulando-os a identificar exemplos de desigualdade em sua própria experiência. A aproximação entre a teoria e a realidade contribui para o desenvolvimento da reflexão crítica, permitindo aos estudantes compreenderem como as ideias dos teóricos se apresentam na sociedade.

Atividade: Atividade em grupo. Dividir os alunos em três grupos, cada grupo fica responsável por elaborar uma situação de desigualdade explicada pela perspectiva de cada um dos autores apresentados.

Grupo 1: elaborar uma situação de desigualdade explicada pela perspectiva de Marx.

Grupo 2: elaborar uma situação de desigualdade explicada pela perspectiva de Weber.

Grupo 3: elaborar uma situação de desigualdade explicada pela perspectiva de Bourdieu.

Cada grupo compartilha sua situação com a turma e o professor media, no destaque às diferenças analíticas entre os autores. Ainda, reforça que as teóricas sociológicas nos se excluem, são complementares.

Proposta de atividade para casa: Escrita de texto reflexivo “A desigualdade sob o olhar da sociologia.”

Aula 4: Dimensões da desigualdade

Objetivo: Identificar as principais dimensões da desigualdade (econômica, racial, de gênero, regional, digital, entre outras) e refletir sobre como elas afetam a vida dos indivíduos e grupos sociais.

Desenvolvimento

O primeiro momento da aula consiste na retomada do que foi discutido na aula anterior e síntese da reflexão da atividade proposta para casa. Após esse momento, o processo lança uma questão provocativa para iniciar o conteúdo e envolver os alunos na discussão, exemplo de pergunta: *“Será que a desigualdade é apenas sobre dinheiro e riqueza?”*

A partir do conhecimento prévio dos alunos, apresentar as principais dimensões da sociedade: econômica, racial, de gênero, educacional, entre outras. Para esse momento pode ser utilizado manchetes, vídeos, imagens. Introduzir o conceito de interseccionalidade em linguagem clara e acessível, evidenciando que a desigualdade não age isoladamente, mas se cruza (ex.: mulher negra pobre enfrenta mais barreiras que um homem branco rico).

Atividade: O professor apresenta imagens que representem diferentes dimensões da desigualdade (econômica, educacional, racial, de gênero, territorial e digital). Em duplas ou trios, os alunos identificam qual situação a imagem retrata, a dimensão da desigualdade envolvida e possíveis consequências. Na socialização, destaca-se que algumas imagens podem revelar mais de uma dimensão ao mesmo tempo, trabalhando o conceito de interseccionalidade.

Aula 5: Indicadores sociais e dados da desigualdade no Brasil

Objetivo: Compreender como a desigualdade é medida e percebida no Brasil.

Desenvolvimento

Retomada da aula anterior com as dimensões da sociedade. Destacar que as ciências sociais utilizam indicadores sociais para compreender a desigualdade a partir de dados. Apresentar de forma acessível alguns indicadores, a exemplo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), Taxa de desemprego, Taxa de analfabetismo e acesso à educação, entre outros,

Atividade: O professor apresenta dados (gráficos ou tabelas), que demonstram desigualdade - diferença de renda entre ricos e pobres, desigualdade salarial entre homens e mulheres, diferenças de escolaridade e renda entre ricos e pobres, negros e brancos. Com mediação do professor os alunos irão identificar o que os números revelam, quais dimensões da sociedade são evidenciadas e relacionar com as teorias sociológicas estudadas.

Encerramento: Breve explanação do professor sobre programas que buscam reduzir desigualdades no Brasil, como: Cotas raciais e sociais, Bolsa família, SUS, Prouni, entre outras

Atividade de casa e preparação para aula 6: Dividir a turma em grupos; cada grupo pesquisa uma das políticas apresentadas, analisando: objetivo, funcionamento e resultados. Na próxima aula (Aula 6), cada grupo fará um seminário apresentando suas descobertas para a turma.

Aula 6: Seminário de Políticas Públicas de Enfrentamento à Desigualdade

Objetivo: Apresentar e analisar políticas públicas brasileiras de combate à desigualdade, compreendendo seus objetivos, funcionamento e resultados.

Desenvolvimento:

Retomada das aulas anteriores as dimensões da desigualdade e indicadores sociais. Apresentação dos grupos sobre as políticas públicas de enfrentamento a desigualdade, cada grupo irá fazer a apresentação de acordo com o tempo estipulado pelo professor. Após cada apresentação abrir espaço para comentários e perguntas da turma, esse momento será mediado pelo professor.

Referências

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora UnB, 1999.

BOURDIEU, P. Escritos de Educação. In: NOGUEIRA, M.A: CANTANI. A.(Orgs). Petrópolis: Vozes,2007.

DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2012.

4.3 Sugestões de recursos complementares: documentários, filmes, músicas e podcast que abordem a temática das desigualdades.

Para aprofundar a compreensão da desigualdade social e conectar o tema à realidade cotidiana, é fundamental utilizar diferentes recursos culturais e midiáticos que incentivem a

reflexão crítica. Músicas, documentários e podcasts são instrumentos poderosos nesse sentido, pois articulam informação, narrativa e sensibilização ao fomentar que os estudantes percebam as múltiplas dimensões do fenômeno e suas implicações na sociedade.

Quadro 8 – Sugestões de mídias e materiais didáticos sobre desigualdade.

<p>Índios no poder Direção: Rodrigo Arajeju. Brasil, 2015. 21 min.</p>	<p>O documentário perpassa a história de diferentes lideranças políticas indígenas que buscaram participar das estruturas formais de poder do Estado brasileiro.</p>
<p>Ficção americana Direção: Cord Jefferson. Estados Unidos, 2023. 117 minutos.</p>	<p>Nesse filme, um romancista negro questiona o papel ocupado pelos negros na indústria cultural e de entretenimento e o preconceito explícito e velado presente em muitas produções culturais. Em razão dessa sua insatisfação, ele escreve, sob um pseudônimo, um romance marcado por estereótipos associados aos negros e precisará lidar com as consequências dessa publicação enquanto lida com antigos problemas familiares</p>
<p>Segregadas Direção: Diego Dutra. Brasil, 2017. Duração: 78 minutos</p>	<p>O documentário retrata a história de quatro mulheres – dona Lita, Ana Lúcia, Rosineide e Dalvina – que moram na periferia de Montes Claros, em Minas Gerais, e sobrevivem do lixo. Apesar de morarem em condições precárias, essas mulheres não querem deixar a comunidade de Palmital, onde vivem, e ir para a cidade. Por meio do relato delas, é possível entender os fatores envolvidos na pobreza urbana e a segregação socioespacial.</p>
<p>Que horas ela volta? (Brasil, 2015). Direção: Anna Muylaert.</p>	<p>O filme aborda alguns aspectos das contradições de classe no Brasil mostrando o cotidiano de uma empregada doméstica em uma mansão de um bairro nobre de São Paulo. O filme expõe, ao mesmo tempo, o resquício de nosso passado colonial que se reflete na casa e as mudanças de paradigma recentes vivenciadas pela classe trabalhadora, tal como o maior acesso aos estudos e à universidade.</p>

<p>Santiago (Brasil, 2007). Direção: João Moreira Sales.</p>	<p>Documentário sobre Santiago Badariotti Merlo, mordomo da família Moreira Sales que dedicou toda a vida a servir seus patrões.</p>
<p>Cidadão (Zé Geraldo, 1979)</p>	<p>A letra descreve o cotidiano de um operário que contribui para a construção de edifícios e escolas, mas enfrenta discriminação e negação de acesso a direitos básicos, como educação para sua filha. A canção critica a hipocrisia da sociedade que valoriza o trabalho do cidadão apenas quando ele é útil ao sistema, mas o marginaliza quando busca usufruir dos frutos de seu esforço.</p>
<p>Construção (Chico Buarque 1971)</p>	<p>A música trabalha a exploração do trabalho e a desumanização do operário na sociedade brasileira. Ela narra o cotidiano de um trabalhador da construção civil, mostrando sua rotina exaustiva, o esforço físico e o risco de acidentes, até chegar à morte trágica e quase impessoal do personagem.</p>
<p>Brasil – os extremos da desigualdade Por Julia Duailibi, gl</p>	<p>Aborda as disparidades sociais e econômicas no Brasil, destacando as desigualdades regionais, educacionais e de acesso a serviços essenciais. A autora analisa como essas desigualdades afetam o desenvolvimento do país e propõe soluções para promover uma sociedade mais justa e igualitária.</p>

Fonte: Elaboração própria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou a importância do ensino de Sociologia no ensino médio como instrumento de compreensão crítica da realidade social, especialmente no que se refere às desigualdades. Ao analisar a forma como as desigualdades são apresentadas nas obras didáticas de Sociologia, verificou-se que esse componente curricular desempenha papel fundamental na formação cidadã dos estudantes, contribuindo para o entendimento das estruturas sociais, das relações de poder e das formas de exclusão presentes na sociedade contemporânea. As análises realizadas neste estudo evidenciaram, ainda, a relevância das obras didáticas de Sociologia no Ensino Médio como instrumentos capazes de introduzir conceitos fundamentais sobre desigualdade social e de estimular a reflexão crítica dos estudantes, favorecendo o desenvolvimento de uma consciência social mais ampla e engajada com a transformação da realidade.

Os resultados obtidos indicam que, embora as obras analisadas ofereçam contribuições significativas ao abordar as desigualdades de classe, gênero, raça e outras dimensões sociais, persistem lacunas que limitam a compreensão integral do fenômeno social. De forma destacada, constatou-se a limitada interconexão entre as diversas dimensões das desigualdades sociais, a reduzida visibilidade da população negra, a restrita inclusão de grupos historicamente excluídos e a fragilidade dos debates aprofundados acerca das políticas públicas voltadas ao enfrentamento dessas desigualdades. Essas limitações apontam para fragilidades conceituais existentes nas obras didáticas, bem como para obstáculos pedagógicos importantes, uma vez que dificultam a apropriação pelos estudantes da complexidade das relações sociais e a construção de uma consciência crítica plenamente fundamentada. Dessa forma, torna-se essencial que o ensino de Sociologia no Ensino Médio não se limite à transmissão de conteúdos conceituais, mas promova práticas pedagógicas interseccionais e reflexivas, capazes de articular teoria e realidade social e de estimular nos estudantes uma postura crítica e engajada diante das desigualdades que marcam a sociedade contemporânea. Nesse contexto, evidencia-se que a leitura crítica atua como recurso pedagógico fundamental e permite aos estudantes identificar lacunas, questionar representações sociais e integrar de forma articulada os conceitos sociológicos à sua vivência social. Ademais, a implementação de estratégias pedagógicas que promovam a reflexão crítica enfatiza a importância de práticas educativas que estimulem o

pensamento autônomo, o diálogo e o engajamento social, fortalecendo o compromisso da escola com a formação de cidadãos capazes de contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa evidenciou a relevância das contribuições clássicas e contemporâneas da Sociologia para a compreensão das desigualdades sociais, demonstrando como as perspectivas de Marx, Weber e Bourdieu oferecem diferentes lentes analíticas sobre as causas, a permanência e as manifestações das desigualdades que, articuladas, permitem uma visão multidimensional do fenômeno. Karl Marx contribui para a compreensão da desigualdade como resultado da divisão da sociedade em classes, da concentração dos meios de produção e da exploração do trabalho, possibilitando analisar as relações entre burguesia e proletariado e a reprodução histórica das desigualdades econômicas. Max Weber amplia essa abordagem ao considerar a estratificação social em múltiplas dimensões – classe econômica, status social e poder – o que permite compreender como indivíduos e grupos ocupam posições diferenciadas na sociedade e como fatores simbólicos e culturais influenciam essa distribuição. Pierre Bourdieu, por sua vez, introduz o conceito de capital em suas diferentes formas – econômico, cultural, social e simbólico –, evidenciando que as desigualdades se manifestam de maneira inter-relacionada e que a mobilidade social está condicionada por múltiplos recursos e estruturas sociais. A articulação dessas perspectivas fornece uma compreensão crítica da desigualdade como fenômeno complexo, multidimensional e historicamente construído, permitindo aproximar teoria e realidade social e oferecendo subsídios para práticas pedagógicas que incentivem o pensamento crítico, a análise reflexiva e a formação de cidadãos capazes de identificar desigualdades e refletir sobre estratégias de enfrentamento, fortalecendo valores de justiça, equidade e engajamento social.

Sob o ponto de vista pedagógico e prático, a pesquisa evidenciou que as estratégias de ensino voltadas para a leitura crítica – como rodas de leitura, debates simulados, análise de imagens e dados estatísticos, produção de textos reflexivos, mapeamento da realidade local e seminários sobre políticas públicas – configuram-se como métodos eficazes para estimular a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento. Tais estratégias favorecem o desenvolvimento do pensamento crítico e a capacidade de relacionar os conceitos sociológicos à realidade social concreta em que vivem. Atividades como o mapeamento da realidade e entrevistas com membros da comunidade sobre desigualdades em áreas como transporte, saúde e trabalho oferecem ferramentas práticas para identificar e analisar desigualdades observáveis,

articulando-as às dimensões econômica, racial, de gênero, educacional e territorial. Além disso, o uso de recursos culturais e midiáticos – filmes, documentários, músicas e podcasts – potencializa a compreensão das múltiplas dimensões da desigualdade e aproxima o conteúdo da experiência cotidiana dos alunos, promovendo uma aprendizagem significativa, sensível e reflexiva, que contribui para a formação de cidadãos críticos, conscientes e socialmente engajados.

Socialmente, a pesquisa evidenciou que o ensino da Sociologia desempenha papel central na formação de cidadãos críticos, conscientes e socialmente engajados, capazes de identificar desigualdades e refletir sobre possíveis formas de enfrentamento, no intuito de fortalecer os valores de justiça, equidade e solidariedade. Ao abordar a desigualdade de forma contextualizada, os estudantes são incentivados a reconhecer as injustiças estruturais e a refletir sobre o papel das políticas públicas, das práticas coletivas e das ações cidadãs na construção de uma sociedade mais justa. No âmbito acadêmico e profissional, os resultados obtidos reforçam a relevância de uma abordagem crítica e reflexiva do ensino de Sociologia, voltada à formação de professores e estudantes conscientes das estruturas sociais que perpetuam desigualdades. A análise das obras didáticas revela oportunidades de aprimoramento, como o aprofundamento das discussões sobre políticas públicas de enfrentamento das desigualdades, a problematização das relações de poder e privilégio e a inclusão de abordagens interseccionais que contemplem diferentes grupos sociais. Esse enfoque contribui para a formação de profissionais da educação mais preparados para mediar o conhecimento de forma crítica e emancipadora, promovendo um ensino que estimule os estudantes a compreender, questionar e transformar as injustiças sociais presentes em distintos contextos, desde o espaço escolar até o âmbito das políticas públicas.

Por conseguinte, considerar o alcance deste estudo, torna-se necessário reconhecer alguns limites metodológicos inerentes à pesquisa. A análise concentrou-se em um número restrito de obras didáticas e baseou-se predominantemente em revisão documental e interpretação teórica, sem a inclusão de observações diretas em sala de aula, entrevistas com professores ou análises das percepções dos estudantes. Essa delimitação restringe a possibilidade de generalização dos resultados e impede uma avaliação mais completa da efetividade das estratégias pedagógicas propostas. Apesar dessas restrições, os achados do

estudo oferecem contribuições relevantes para a compreensão de como a Sociologia pode ser ensinada de maneira crítica e reflexiva no Ensino Médio.

Como também, para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar o escopo de investigação, contemplando um conjunto mais diversificado de obras didáticas, de diferentes editoras, regiões do país e abordagens pedagógicas, a fim de comparar distintas formas de representação da desigualdade social no ensino de Sociologia. Sugere-se, ainda, avaliar empiricamente o impacto das estratégias de leitura crítica sobre a aprendizagem e as percepções dos estudantes, de modo a verificar como essas práticas influenciam a formação de uma consciência social mais reflexiva. Além disso, seria relevante investigar a integração de recursos digitais e mídias culturais — como filmes, documentários, podcasts e músicas — no processo de ensino-aprendizagem, analisando de que maneira essas ferramentas ampliam as possibilidades de compreensão das múltiplas dimensões da desigualdade e fortalecem a abordagem crítica proposta pela disciplina.

Em síntese, a pesquisa indica que o ensino de Sociologia no ensino médio exerce papel fundamental na formação de estudantes capazes de compreender a desigualdade social como um fenômeno histórico, estrutural e multifacetado. Os resultados evidenciam que a problematização das obras didáticas, combinada com a leitura crítica e a utilização de recursos culturais e estratégias pedagógicas, constitui instrumentos eficazes para a construção do conhecimento sociológico, estimulando o pensamento reflexivo e o engajamento cidadão. Nesse contexto, o estudo oferece contribuições relevantes para o debate acadêmico sobre a educação em Sociologia e aponta possibilidades de aprimoramento na formação de professores e na implementação de práticas pedagógicas mais inclusivas, críticas e socialmente comprometidas.

Dessa forma, os resultados também sugerem que o ensino de Sociologia deve articular teoria, prática e contexto social, promovendo a reflexão sobre desigualdades históricas, estruturais e culturais. A elaboração de sequências didáticas que integrem análise conceitual, estudo de indicadores sociais, discussão sobre políticas públicas e exploração de recursos culturais variados contribui para a formação de estudantes críticos e conscientes de seu papel na sociedade, incentivando atitudes que favoreçam a justiça social e a equidade.

6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Silvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. *Sociologia dos Autores*. São Paulo: Scipione, 2017.

BARROS, Ricardo Paes de. Os determinantes da desigualdade no Brasil. Fundação Getúlio Vargas, 1995. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/ccb7050d-1c94-4ded-af47-365cd9b4ee35/content> Acesso em 22 maio de 2025.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. Geração e reprodução da desigualdade de renda no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Brasília: IPEA, 1995. cap. 22, p. 471-496. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14198/2/geracao_e_reproducao_da_desigualdade_de_renda_no_brasil.pdf Acesso em 22 de maio de 2025.

BARON ENGERROFF, Ana Martina. Os livros didáticos como objeto da Sociologia. *PÓS — Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 92–113, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/view/50419> Acesso em 03 jul. 2025

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 18 jun. 1993

BODART, Cristiano das Neves. A importância do capital cultural: contribuição de Pierre Bourdieu. *Café com Sociologia*. jan. 2010. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/importancia-do-capitalcultural/> Acesso em 08 maio 2025.

BOURDIEU, P. *Escritos de Educação*. In: NOGUEIRA, M.A. CATTANI, A.(Orgs). Petrópolis: Vozes,2007.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. Tradução de Magali de Castro. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 71–79.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD*. Disponível em <https://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld> Acesso em 3 de jul. 2025

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias*. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002.

CASTELLS, M. CARDOSO, G. *A sociedade em rede: do conhecimento à ação pública*. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2005. Disponível em <https://diegodelpasso.com/wp-content/uploads/2016/05/manuel-castells-a-sociedade-em-rede.pdf>. Acesso em 9 maio de 2025.

CATTANI, Antonio David. Riqueza e desigualdades. Cadernos CRH, Salvador, v.22, n.57, p. 93-110, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/pSgK9pvCx8GhTYMYCYCGJCdg/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 04 set 2025.

COSTA, Antônio Firmino da, *Desigualdades Sociais Contemporâneas*, Lisboa: Mundos Sociais, 2012

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz; SILVA, Matheus Arcelo Fernandes (orgs.). *Desigualdade para inconformados: dimensões e enfrentamentos das desigualdades no Brasil* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2020. Disponível em <https://repositorio.fjp.mg.gov.br/server/api/core/bitstreams/3ea16a02-ce67-4caa-a179-b70e083b521c/content>

DUAILIBI, Julia. *O Assunto #1192: Brasil – os extremos da desigualdade*. Apresentado por Julia Duailibi. *O Assunto*. Globo Comunicação e Participações S.A., 15 abr. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2024/04/15/o-assunto-1192-brasil-os-extremos-da-desigualdade.ghtml> Acesso em 04 set. 2025.

DUQUE, M. F. Mobilidade social no Brasil: evidências recentes e desafios para a inclusão. Fundação Getúlio Vargas, 2019. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/estudo-revela-educacao-impulsiona-mobilidade-social-brasil>. Acesso em: 7 jul. 2025.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. *A integração do Negro na Sociedade de Classes*. 5ª ed. Globo, 2008.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2018. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/pnld-2018/index.html> Acesso em 04 ago. 2025.

FTD Educação. Como o PNLD funciona? *PNLD – FTD Educação*, FTD, 2 jan. 2025. Disponível em: <https://pnld.ftd.com.br/como-o-pnld-funciona/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Ed. 32, Companhia editora Nacional, 2005.

GERALDO, Zé. *Cidadão*. Intérprete: Zé Geraldo. Compositor: Lúcio Barbosa. In: *Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Discos Continental, 1979. LP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dfxB11kWe0A>. Acesso em: 10 jul. 2025.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1902-1982. Raízes do Brasil / Sérgio Buarque de Holanda. — 26. ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MACHADO, Fernando Luís. Desigualdades sociais no mundo atual: teoria e ilustrações empíricas. Mulemba - Revista Angolana de Ciências Sociais, v.9, p. 297-318, 2015. Disponível em [https://repositorio.iscteul.pt/bitstream/10071/13301/5/Artigo 2016 Mulemba Desigualdades sociais no mundo actual.PDF](https://repositorio.iscteul.pt/bitstream/10071/13301/5/Artigo%202016%20Mulemba%20Desigualdades%20sociais%20no%20mundo%20actual.PDF)

MACHADO, Igor José de Renó Sociologia hoje : ensino médio, volume único / Igor José de Renó Machado, Henrique Amorim, Celso Rocha de Barros. - 2. ed. - São Paulo : Ática, 2016

MAÇAIRA, Julia Polessa. As três gerações de livros didáticos de Sociologia no Brasil (1920–2016). *Em Aberto*, Brasília, v. 34, n. 111, p. 93–111, set. 2021. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.34i111.4916>. Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/4916>. Acesso em: 03 de jul. 2025

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Tradução de Beatriz Sidou. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. Disponível em: <https://archive.org/details/AEliteDoPoder/page/n311/mode/1up>. Acesso em: 4 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relatório de Transparência Salarial*. Brasília: MTE, 2023.

PIKETTY Thomas. O capital no século XXI: Tradução de Mônica Baumgarten de Bolle [Rio de Janeiro]: [Intrínseca], 2013. Disponível em: <https://www.intrinseca.com.br/upload/livros/1oCap-OCapital.pdf>

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995. Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_leitura/sociologia/povo_brasileiro.pdf

SILVA, Roniel Sampaio. Desigualdade do Brasil: perspectivas. *Café com Sociologia*. 2025. Disponível em <https://cafecomsociologia.com/desigualdade-do-brasil-perspectivas/> Acesso em 20/05/2025

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Jessé Souza - Rio de Janeiro, Leya, 2017. Disponível em <https://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2018-12/Jesse%CC%81-Souza-A-Elite-do-Atraso.pdf>

THERBORN, Goran. Os campos de extermínio da desigualdade. *Soundings*, n. 42, 2009. Tradução de Fernando Rugitsky.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora UnB, 1999.